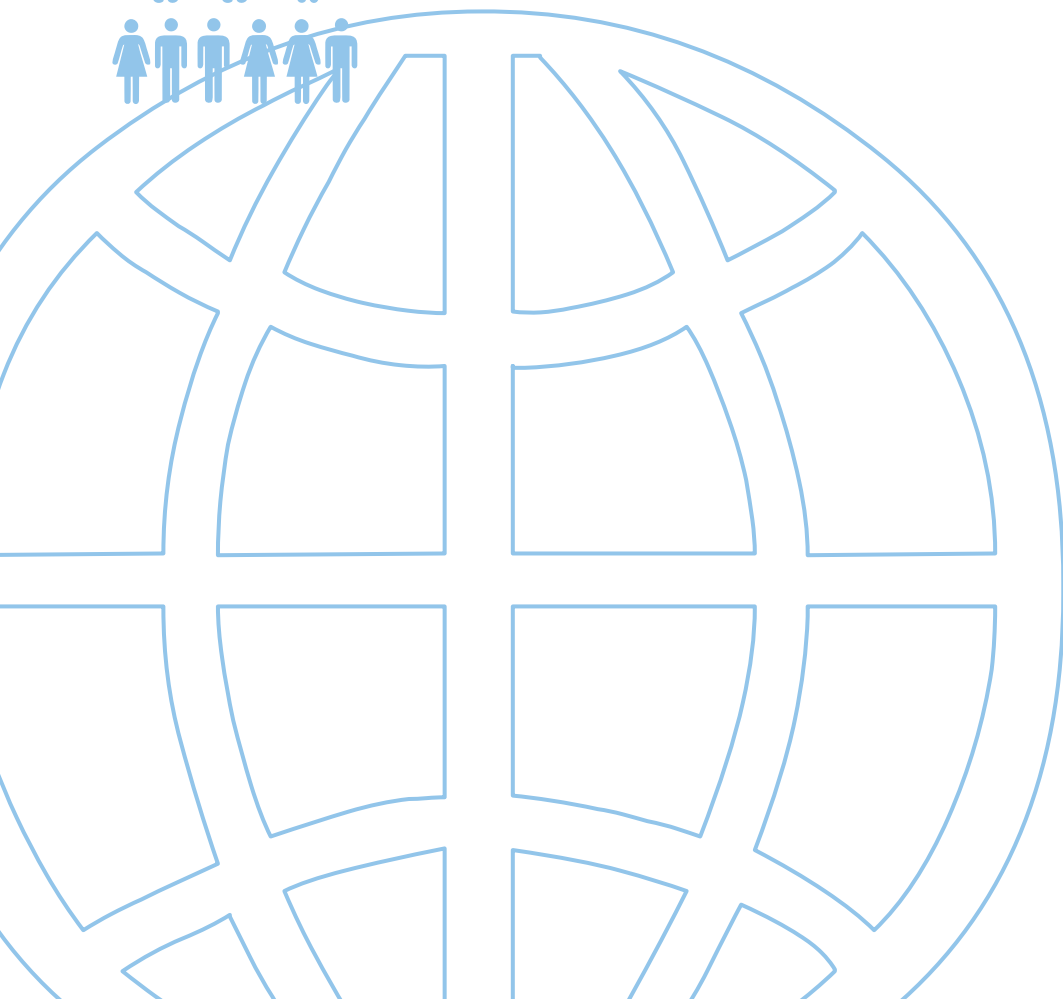
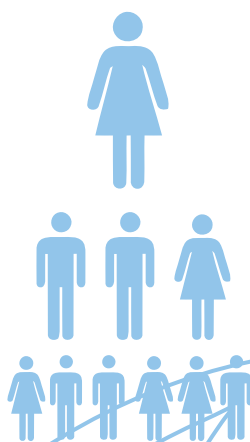
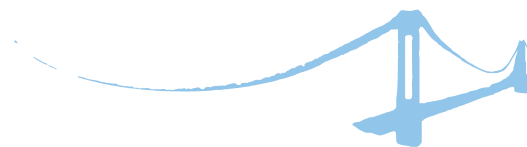


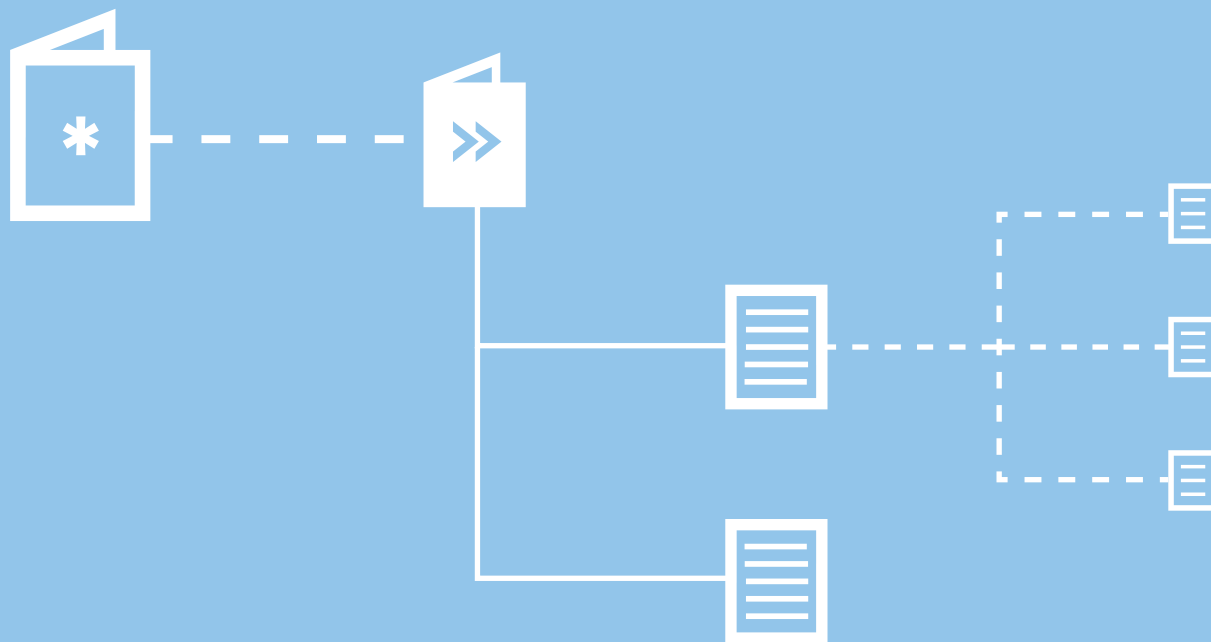
## Relatório e Contas 2009



 **MAPFRE** | SEGUROS  
GERAIS



## ▷ Índice



1. Órgãos sociais → 4

2. Relatório de gestão 2009 → 6

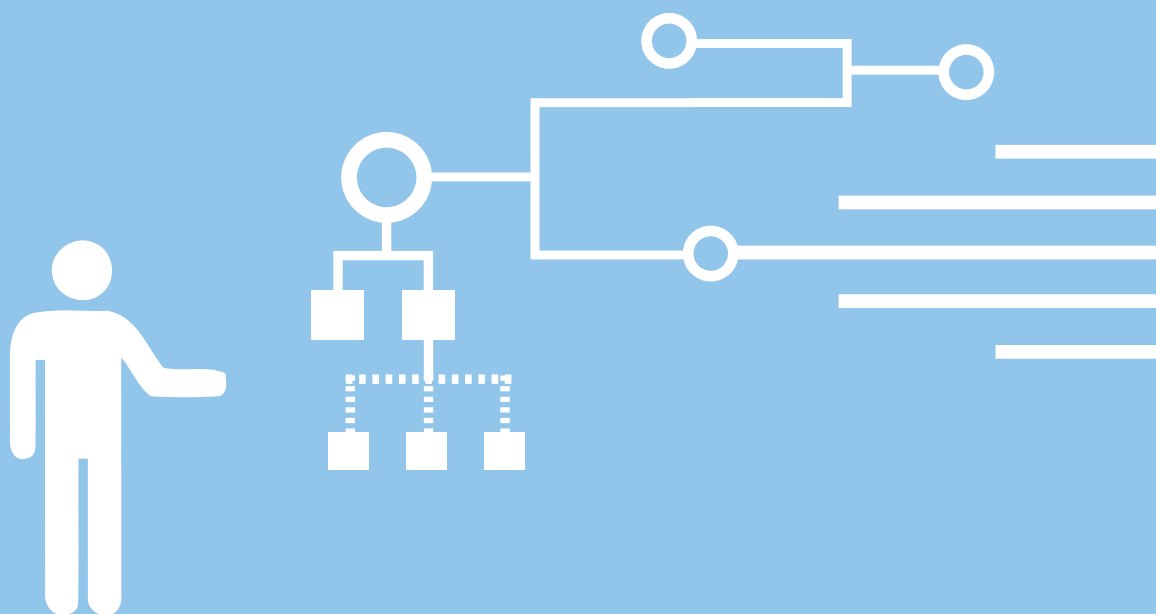
- 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO → 7
- 2. ENQUADRAMENTO DE MERCADO → 8
- 3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA → 9
- 4. PERSPECTIVAS DE FUTURO → 13
- 5. RECONHECIMENTOS → 14
- 6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS → 14

3. Contas anuais 2009 → 15

4. Certificação legal das contas,  
Relatório e parecer do conselho fiscal → 71

# 1

## Orgãos sociais



## ► Órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Filipe Dumont dos Santos
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Erazo Campuzano
	Antonio Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús García Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor García García
	Rafael Galarraga Solores

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
SECRETÁRIO	Antonio Manuel Cardoso Belo

CONSELHO FISCAL	
PRESIDENTE	José Vieira Bernardo
VOGAIS	Fernando Vassalo Namorado Rosa
	Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos
SUPLENTE	José Emílio Cordeiro Fernandes
REVISOR OFICIAL DE CONTAS	
	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

# 2 Relatório de gestão 2009



## ▶ 1. Enquadramento macroeconómico

A nível mundial, o ano 2009 ficou marcado pelo agravamento das condições macroeconómicas, na sequência da crise dos mercados financeiros que eclodiu em 2007 e se intensificou no último trimestre de 2008, levando à queda das expectativas dos agentes económicos, do comércio internacional e da actividade económica em geral.

Na tentativa de conter os efeitos daí decorrentes e de evitar uma espiral negativa resultante da interacção entre as crises financeira e económica, os diversos Bancos Centrais e os Governos adoptaram uma série de medidas, tanto do lado monetário, com o objectivo de garantir a necessária liquidez ao sistema financeiro, como do lado orçamental, através de iniciativas expansionistas de estímulo económico.

Essas medidas produziram alguns efeitos, tendo-se assistido a uma certa estabilização das expectativas e a uma recuperação da actividade económica, especialmente a partir do segundo trimestre do ano.

Não obstante, o sentimento geral permanece negativo, quer porque a procura global carece de dinamismo, quer porque as medidas antes aludidas não se poderão manter indefinidamente, existindo um certo receio de que o seu cancelamento possa levar a novo abrandamento.

A economia portuguesa, apesar de apresentar, há vários anos, fragilidades de índole estrutural, acabou por evidenciar alguns aspectos positivos no contexto da crise, como foram os casos da robustez do sistema bancário (os problemas verificados foram muito pontuais) e da moderada desvalorização dos preços do imobiliário que, ao contrário do que aconteceu noutros países, não caíram abruptamente.

Contudo, ainda que os mesmos devam ser reconhecidos e tenham permitido um desempenho um pouco melhor do que a média da União Europeia, não foram suficientes para evitar uma evolução global negativa.

O Produto Interno Bruto, que desde o final do primeiro trimestre de 2007 vinha a decrescer, acentuou esse mesmo decréscimo atingindo -4% no final do primeiro trimestre de 2009, tendo invertido ligeiramente a tendência a partir do segundo trimestre, prevendo-se que se situe em -2,7%, segundo as previsões do Banco de Portugal no seu Boletim Económico de Outono.

Para além da evolução negativa do Produto Interno Bruto, importa destacar o aumento da taxa de desemprego, que atingiu os 9% no primeiro semestre de 2009 e deverá ficar acima dos 10% no final do ano, o valor mais elevado dos últimos 10 anos, tantos quantos nos permite a comparabilidade do índice publicado.

A recessão económica que estes indicadores demonstram é resultado conjunto de uma descida das exportações, do investimento e do consumo privado que, no entanto, permitiram um aumento da taxa de poupança das famílias, na sequência de evolução semelhante ocorrida no ano 2008.

Pelo contrário, muito por influência das medidas expansionistas de estímulo anteriormente aludidas, a poupança do sector público diminuiu significativamente, tendo como consequência o agravamento do deficit das contas públicas, o qual, segundo o anúncio do próprio governo, se situou nos 9,3% do PIB no final do ano, um valor recorde que volta a colocar na ordem do dia a discussão pública sobre a sua sustentabilidade.

Outro aspecto a destacar na evolução económica no ano 2009, é a taxa de inflação negativa, na medida em que, sendo uma consequência lógica do processo de forte desaceleração económica, acaba por ser um facto relevante na economia portuguesa no contexto das últimas décadas.

Em resultado das intervenções das autoridades monetárias assistiu-se a uma descida significativa das taxas de juro, o que introduziu uma certa distensão nas restrições de liquidez dos agentes económicos, embora o forte aumento da taxa de desemprego e a contracção económica tenham acabado por provocar um incremento importante nas taxas de incumprimento do crédito bancário ao consumo e do crédito a empresas.

Importa referenciar que essa descida das taxas de juro afectou directamente a rentabilidade da actividade seguradora em virtude desta se caracterizar por apresentar o ciclo de tesouraria invertido e, como tal, os rendimentos dos investimentos assumirem uma quota-parte importante na conta de ganhos e perdas.

Em contraponto, os mercados financeiros observaram alguma acalmia, assistindo-se a uma recuperação com algum significado, facto que permitiu atenuar as fortes perdas por imparidade verificadas no ano anterior.

### INDICADORES ECONÓMICOS

percentagem

INDICADOR	ANOS				
	2005	2006	2007	2008	2009*
Produto Interno Bruto	0,9	0,3	1,9	0,8	(2,7)
Consumo privado	1,9	1,2	1,5	1,3	(0,9)
Consumo público	3,2	(1,2)	(0,1)	(0,2)	2,0
Exportações	2,1	9,2	7,7	7,5	(12,5)
Investimento	(0,9)	(1,6)	3,2	1,7	(11,7)
Taxa de desemprego	7,6	7,7	8,0	7,6	10,3
Índice preços consumidor	2,3	3,1	2,5	2,7	(0,9)
Déficit contas públicas	6,1	3,9	2,6	2,2	9,3
Taxa juro Euribor 3 meses	2,488	3,725	4,684	2,892	0,700

\* Previsões, excepto Euribor que respeita ao valor a 31/12/2009

Fonte: Banco de Portugal, OCDE, Ministério das Finanças

Em suma, cremos poder afirmar que, nos últimos anos, mas especialmente em 2009, a actividade económica se desenvolveu numa conjuntura bastante desfavorável, pairando ainda um elevado grau de incerteza que, nos tempos mais próximos, afectará a confiança dos agentes económicos e, como tal, retardará a tão desejada recuperação.

## ▶ 2. Enquadramento de mercado

Uma vez que o apuramento de dados relativos à maior parte dos agregados de mercado apenas estará concluído após os processos de encerramento de contas das diversas seguradoras, a nossa análise recorre forçosamente aos dados disponíveis no final de 2008, sem que tal pareça colocar em causa a substância da mesma, em virtude de não haver conhecimento de factos que tenham alterado grandemente a realidade então verificada (eventuais aspectos susceptíveis de se terem alterados, são referenciados nos itens a que respeitam).

Para se ter a ideia da dimensão global do sector, haverá que referir a existência de 85 entidades seguradoras a operar em Portugal (mais duas que no ano anterior), empregando mais de 11 mil trabalhadores, detendo um volume superior a 54 mil milhões de euros de activos líquidos, dos quais cerca de 49 mil milhões correspondem a activos de investimento.

Em termos genéricos, pode dizer-se que o mercado segurador português apresenta três características marcantes:

- Uma elevada taxa de penetração (Prémios emitidos/PIB) - acima dos 9% e da média europeia - com especial ênfase para o ramo Vida que supera os 6%;
- Um rácio de prémios por habitante próximo dos 1.500 euros, valor que se encontra bastante abaixo da média europeia;
- Uma elevada taxa de concentração, tanto no ramo Vida como em Não Vida;

Destas, a primeira sugere que estamos perante um mercado de elevada maturidade e com reduzido potencial de crescimento, enquanto a segunda, pelo contrário, parece apontar para uma significativa oportunidade de desenvolvimento, ainda que bastante dependente da evolução macroeconómica.

Por sua vez, a elevada concentração, num mercado pequeno, como é o caso do português, acarreta dificuldades acrescidas para as seguradoras de pequena e média dimensão.

Analisando a evolução do conjunto dos prémios emitidos e dos contratos de investimento subscritos (anteriormente à adopção das IFRS eram considerados como prémios) observamos que, apesar da conjuntura económica adversa, se verificou um crescimento de 11,5% em 2008, superando os 15 mil milhões de euros.

Porém, no ano 2009 tal volume desceu para 14.289 milhões de euros, uma inversão em relação ao ano anterior com um significativo recuo de 5,4% evidenciando o impacto da crise no sector segurador.

### CRESCIMENTO DOS PRÉMIOS BRUTOS EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

percentagem

RAMOS	ANOS				
	2005	2006	2007	2008	2009 *
Não Vida	2,3	0,9	0,1	-2,1	-4,9
Não Vida – Ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS	2,0	0,3	-0,7	-3,5	-5,7
Vida	49,4	-5,6	6,9	17,4	-5,7

Fonte: APS

\* Estimativa provisória

No ano 2008, pela primeira vez em muitos anos, o conjunto do mercado apresentou resultados negativos (22 milhões de euros), situação que não se alterou substancialmente até ao encerramento do primeiro semestre de 2009, data em que os mesmos eram praticamente nulos.

O ramo Vida, mais sensível ao comportamento dos mercados de capitais, apresentou uma conta técnica negativa de aproximadamente 28 milhões de euros, muito embora tenha sido o mais dinâmico, crescendo 17,4% em 2008, tal como já havia acontecido em 2007, reforçando a sua predominância e passando a representar cerca de 72% do total das vendas do sector, correspondentes a 11 mil milhões de euros.

Já no ano 2009 este ramo não foi capaz de manter o ritmo de crescimento do ano anterior, acabando por apresentar um decréscimo de 5,7% do volume de prémios emitidos e de contratos de investimento subscritos, correspondente a 627 milhões de euros.

Em consequência da conjuntura financeira, os clientes têm vindo a revelar uma maior aversão ao risco, deslocando as suas poupanças para produtos onde este é menor, destacando-se, por isso, o significativo reforço dos PPR em detrimento dos produtos de capitalização, tendência que se acentuou no ano 2009 em que a subscrição destes produtos cresceu cerca de 28%.

### ESTRUTURA DA CARTEIRA VIDA

percentagem

PRODUTOS	2005	2006	2007	2008	2009
Risco	8,2	9,0	8,9	8,6	9,1
PPR	18,8	22,5	18,4	22,5	30,5
Capitalização	73,0	68,5	72,7	68,9	60,4

Por sua vez, os ramos Não Vida, menos influenciados directamente pela conjuntura dos mercados financeiros, apresentaram em 2008 um resultado positivo da conta técnica (155 milhões de euros), ainda assim substancialmente inferior ao dos anos anteriores, fruto do intenso ambiente concorrencial, potenciado pelo fraco desempenho macroeconómico, levando a uma diminuição do volume de prémios emitidos, que se agravou no ano 2009, no qual apresentou um decréscimo de 4,9% equivalente a 192 milhões de euros, confirmando a tendência descendente da taxa de crescimento que já se vinha a verificar há alguns anos.

Esta evolução dos prémios dos ramos Não Vida resulta essencialmente do que se verificou nos seguros obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho, os quais representam, no seu conjunto, praticamente 60% do total de prémios deste segmento.

Pelo contrário, os seguros de Doença, continuaram a revelar um certo dinamismo, tendo apresentado um crescimento de 10,5% em 2008 e de 3,2% em 2009 no volume de prémios emitidos, reforçando a sua quota, muito embora os indicadores revelem que se apresentam praticamente no limiar da rentabilidade negativa.



## ESTRUTURA DA CARTEIRA NÃO VIDA

percentagem

RAMOS	2005	2006	2007	2008	2009
Automóvel	46,5	45,9	46,0	43,3	42,9
Acidentes Trabalho	18,1	17,7	17,8	17,7	17,0
Incêndio/Multiriscos	15,7	15,8	15,8	16,7	17,8
Doença	8,7	9,4	10,3	11,5	12,5
Acidentes Pessoais	3,3	3,5	3,4	3,6	3,8
Responsabilidade Civil Geral	2,2	2,2	2,2	2,3	2,5
Outros	5,5	5,5	4,5	4,9	3,5

Fonte: APS

Em 2008, o rácio de solvência médio do sector segurador situou-se nos 158%, o que significou uma descida de 10 pontos percentuais em relação ao ano anterior que, face à aludida degradação de resultados, se pode considerar moderada, seguramente em resultado da fortaleza de capital revelada ao longo dos anos, embora complementada com o contributo de alguns ajustamentos regulamentares e com aumentos de capital levados a efeito por algumas seguradoras.

No domínio jurídico-legal, nos últimos anos, o sector tem sido alvo de substancial produção legislativa, resultante não só das actuais tendências internacionais ao nível dos aspectos relacionados com a *governance*, a gestão de risco e do novo regime de solvência, mas também de regulamentação específica local.

O ano de 2009 fica marcado pela entrada em vigor da nova Lei do Contrato de Seguro, facto que implicou a adaptação total dos clausulados das apólices às novas disposições.

Com a entrada em vigor desta lei, o Instituto de Seguros de Portugal procedeu, também, à adaptação das apólices uniformes, vigentes nos seguros obrigatórios, mantendo essa uniformidade em parte do clausulado mas permitindo que, nos casos em que a lei for supletiva ou imperativa mínima, as partes do contrato de seguro possam acordar regras diferentes.

O ano 2009 foi, ainda, o da implementação da normativa relativa à Conduta de Mercado com o objectivo de reforçar os direitos dos tomadores, segurados, beneficiários e terceiros lesados na sua relação com as seguradoras.

Tal normativa introduziu princípios de conduta de mercado e de governo das seguradoras, alguns deles já em linha com as matérias relacionadas com o regime Solvência II que se avizinha.

De entre as exigências dessa nova legislação destacam-se a qualificação e idoneidade dos directores de topo, a existência de um código de ética, a designação de um responsável pela gestão das reclamações dos clientes, a nomeação de um provedor do cliente e a implementação de políticas de prevenção e detecção de fraude.

O projecto de adaptação do modelo de solvência, habitualmente designado por Solvência II, evoluiu em 2009 dentro do quadro previsto no sentido da sua implementação no último trimestre do ano 2012, sendo de destacar o acordo conseguido entre o Parlamento, a Comissão e o Conselho Europeus quanto ao texto da *Framework Directive*, que acabou por ser publicada em Novembro.

No âmbito deste projecto, nos anos anteriores, foram realizados 4 estudos (QIS) para testar o impacto das novas medidas, estando previsto um quinto para o ano 2010.

Uma vez que o estudo aprazado para 2010 resulta de um adiamento, pois encontrava-se inicialmente previsto para o ano 2009, o mercado segurador entendeu interessante realizar uma repetição do QIS 4 realizado em 2008 (o QIS 4 bis), utilizando os dados actualizados de encerramento do exercício de 2008, o qual voltou a ter a participação de uma significativa parte do mercado.

Ao longo do ano 2009 foi introduzida a possibilidade de substituição da parte da classificação e mensuração dos investimentos financeiros da IAS 39, através da publicação da IFRS 9, visando, em especial, evitar os efeitos da volatilidade associada à classificação de "disponível para venda" e à mensuração ao valor de mercado. Contudo, acabou por não ser implementada devido ao facto da Comissão Europeia ter suspenso o processo de *endorment*, face à ausência do consenso necessário entre os agentes envolvidos.

Muito provavelmente, este assunto será retomado em 2010, assumindo-se a possibilidade de se verificarem alterações ao nível desta importante rubrica do balanço das seguradoras.

Também em 2009 chegou a estar prevista a entrada em vigor de um novo Código Contributivo da Segurança Social, que acabou suspensa por algum tempo, pelo menos um ano.

A versão conhecida desse Código contém alguns aspectos com impacto na actividade seguradora, em especial na adaptação dos sistemas informáticos, sendo de destacar o tratamento das remunerações de mediação, a sujeição de determinadas prestações de serviços à taxa contributiva e o tratamento a dar à problemática dos direitos adquiridos na subscrição de seguros de vida.

### ▶ 3. Actividade desenvolvida pela empresa

Tendo em conta o elevado grau de detalhe que apresentamos nas notas ao balanço e à conta de ganhos e perdas, nomeadamente ao nível de indicadores de gestão, as quais são parte integrante deste relatório, entendemos mais adequado cingir este capítulo à análise das grandes linhas e dos acontecimentos que mais contribuíram para o desempenho apresentado no ano 2009.

Tal como se encontrava definido no Plano Estratégico para o triénio 2009-2011, a actividade levada a cabo foi orientada segundo três vectores principais: Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

Face aos difíceis contextos - macroeconómico e de mercado - o crescimento e a rentabilidade viram-se condicionados por um conjunto de barreiras que obrigaram a um esforço suplementar de toda a organização no sentido de os ultrapassar.

### 3.1. Aspectos quantitativos

O forte ambiente concorrencial vivido, em especial nos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho, fez com que o dinamismo comercial, evidenciado pelo aumento do número de apólices em vigor, não tivesse tido semelhante correspondência no volume de prémios emitidos, daí resultando um abaixamento no valor do prémio médio da generalidade dos ramos.

Em termos globais, a MAPFRE SEGUROS GERAIS atingiu os 102,13 milhões de euros de prémios emitidos, o que representa um decréscimo global de 3,3% em relação ao ano anterior, o qual, ainda assim, quando comparado com o decréscimo de 4,6% da totalidade do mercado Não Vida ou de 5,7% considerando apenas os ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, representa uma evolução positiva, que se verifica há nove anos consecutivos, permitindo, novamente, um aumento, ainda que ligeiro, da quota de mercado.

#### QUOTA DE MERCADO

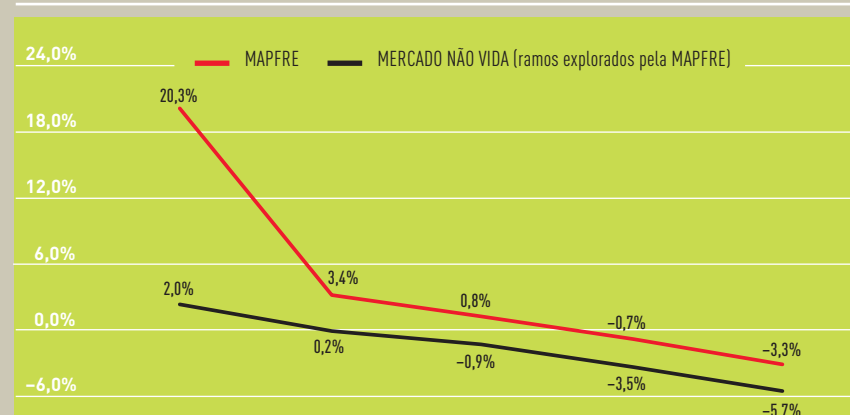
prémios em milhões de euros

CONCEITO	ANOS					
	2005	2006	2007	2007*	2008	2009
Prémios MAPFRE	94,59	97,80	98,54	106,29	105,59	102,14
Prémios mercado	4.307,94	4.360,53	4.270,70	4.270,70	4.180,87	3.969,54
Quota mercado	2,20%	2,24%	2,31%	2,49%	2,53%	2,57%

\* Prémios MAPFRE e quota de mercado pró-forma, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

Fonte dados mercado: APS

#### ▶ Taxa de crescimento dos prémios (em relação ao ano anterior)



Para este desempenho contribuíram de forma diferenciada os vários segmentos de negócio, conforme detalhamos a seguir.

No ramo Automóvel o decréscimo de prémios foi de 3,2% (bastante inferior aos 7,4% observados pelo mercado), embora o número de apólices em vigor tenha observado um crescimento superior a 5.000, mais 3% que no ano anterior.

A área de Diversos (onde incluímos Acidentes Pessoais, Incêndio, Multiriscos, Marítimo, Transportes, Engenharia e outros), na qual tem sido levado a cabo, nos últimos anos, um esforço acrescido de desenvolvimento, apresentou um crescimento de 7,6% no volume de prémios (frente a -0,1% do mercado) e de 4,5% no número de apólices em vigor.

Em Acidentes de Trabalho, ramo onde a MAPFRE oferece, há alguns anos a esta parte, um serviço diferenciador aos seus clientes, foi possível manter o nível de prémios emitidos praticamente inalterado em relação ao ano anterior, através de um significativo aumento do número de apólices em vigor, enquanto o mercado decresceu 9%.

O conjunto dos ramos de Caução e Crédito, em especial este último, viram a sua evolução influenciada pela introdução de medidas bastante rigorosas ao nível da subscrição, pelo que apresentaram um decréscimo de 43% nos prémios emitidos e de 15% no número de apólices, enquanto as restantes seguradoras de mercado, que têm em comum a característica de explorarem unicamente este segmento e, portanto, se posicionam de forma diferente da MAPFRE em relação a este negócio, incrementaram o seu volume de negócios.

#### DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR RAMOS

prémios em milhões de euros

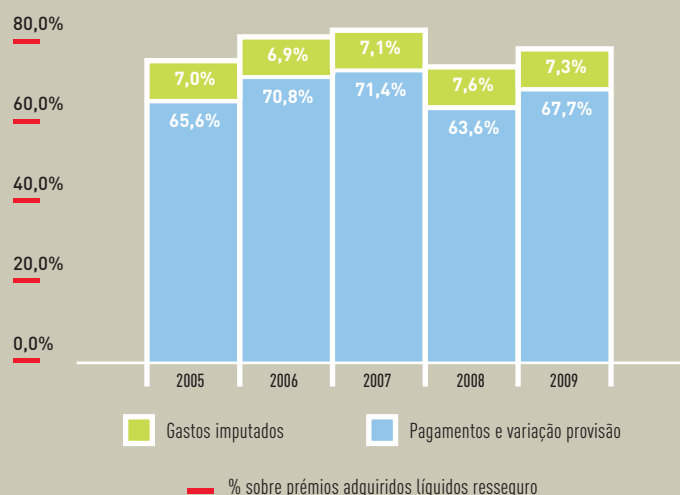
RAMO	2007		2008		2009	
	Prémios	%	Prémios	%	Prémios	%
Automóvel	58,26	59%	53,57	51%	51,84	51%
Diversos	19,26	20%	21,91	21%	23,59	23%
Acidentes Trabalho	21,02	21%	22,19	21%	22,16	22%
Caução e Crédito *	-	-	7,92	7%	4,54	4%
<b>Total</b>	<b>98,54</b>	<b>100%</b>	<b>105,59</b>	<b>100%</b>	<b>102,13</b>	<b>100%</b>

\* No ano 2007 não era explorado pela MAPFRE SEGUROS GERAIS

Aquelas medidas, ditadas pela necessidade de assegurar o adequado equilíbrio técnico do ramo de Crédito, o qual foi muito afectado no ano anterior pela sinistralidade decorrente da degradação económica, parece terem atingido os seus objectivos, em especial a partir do início do segundo semestre do ano, acabando por ser conseguido um resultado positivo no encerramento do exercício.

Nos restantes ramos, a descida generalizada ao nível dos prémios médios não teve, naturalmente, igual correspondência nos sinistros, tendo-se verificado um aumento de 4 pontos percentuais na taxa de sinistralidade a prémios adquiridos líquidos de resseguro, em especial no ramo Automóvel, embora deva ressaltar-se que este ramo foi afectado por cerca de 2 milhões de euros imputáveis a sinistros de ponta, que se assumem como os maiores responsáveis pela subida da taxa global.

### ► Evolução dos custos com sinistros



Ao nível dos gastos de gestão, fruto de uma atitude geral de contenção e de um controlo rigoroso, foi conseguida uma redução global generalizada, mais significativa nos denominados gastos por natureza a imputar (onde se incluem as despesas gerais de funcionamento), a qual atingiu 3,2%, que gostaríamos de destacar uma vez que significa ter sido possível acompanhar a descida do volume de prémios, contrariando a tradicional e generalizada rigidez à baixa das despesas.

### DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

milhões de euros

CONCEITO	ANOS					
	2005	2006	2007	2007*	2008	2009
Custos com pessoal	8,53	8,58	8,59	10,16	10,60	10,63
% s/ prémios	9,0	8,8	8,7	9,6	10,0	10,3
Fornecim. Serv. Externos	6,61	6,96	6,68	7,25	8,10	7,49
% s/ prémios	7,0	7,1	6,8	6,8	7,7	7,3
Impostos e taxas	1,83	1,86	1,64	1,64	0,68	0,68
% s/ prémios	1,9	1,9	1,7	1,5	0,6	0,7
Amortizações	0,93	0,98	0,98	0,98	1,22	1,02
% s/ prémios	1,0	1,0	1,0	0,9	1,2	1,0
Outros custos	0,37	0,65	0,42	0,52	0,41	0,35
% s/ prémios	0,4	0,7	0,4	0,5	0,4	0,3
Total custos por natureza	18,27	19,03	18,31	20,55	21,01	20,17
% s/ prémios	19,3	19,5	18,6	19,3	19,9	19,6

\* Valores pró-forma, MAPFRE SEGUROS GERAIS + Agência Geral MAPFRE CAUCIÓN Y CREDITO

Não obstante este esforço do lado das despesas, face às evoluções da sinistralidade e dos prémios emitidos, anteriormente descritas, o rácio combinado experimentou uma degradação, acabando por se situar praticamente nos 100%.

Por seu turno, a evolução dos mercados financeiros foi marcada, por um lado, pela forte redução das taxas de juro, resultado das intervenções dos Bancos Centrais e, por outro, pela recuperação dos mercados bolsistas, que permitiu atenuar parcialmente os efeitos das desvalorizações do ano anterior.

A baixa das taxas de juro trouxe consigo um aumento da taxa de rentabilidade implícita nos títulos de rendimento fixo, embora tenha prejudicado as aplicações de mais curto prazo em depósitos à vista, motivo pelo qual houve que introduzir ajustamentos na estrutura dos investimentos, tendo-se diminuído de forma acentuada a fatia aplicada em títulos de rendimento variável, depósitos à ordem remunerados e a prazo, a favor de títulos de rendimento fixo, o que tornou possível a obtenção de uma taxa média de rentabilidade dos investimentos financeiros em torno dos 4%, sem contar com as mais e menos valias realizadas.

Em valor absoluto, verificou-se um aumento do volume dos rendimentos financeiros de 5,14 para 5,78 milhões de euros, beneficiando do facto de, ao contrário do ano anterior, o saldo líquido entre as mais e as menos valias realizadas não ter sido negativo.

### INVESTIMENTO MÉDIO

Valor em milhões de euros

CONCEITO	ANO 2007*		ANO 2008		ANO 2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rendimento fixo	93,45	63,6	102,37	72,3	111,77	82,2
Rendimento variável	16,97	11,5	16,53	11,7	11,39	8,4
Depósitos a prazo	15,71	10,7	8,03	5,7	3,67	2,7
Dep. à ordem remunerados	20,91	14,2	14,62	10,3	9,15	6,7
<b>Total</b>	<b>147,04</b>	<b>100,0</b>	<b>141,55</b>	<b>100,0</b>	<b>135,98</b>	<b>100,0</b>

\* Valores pró-forma, MAPFRE SEGUROS GERAIS + Agência Geral MAPFRE CAUCIÓN Y CREDITO

A descida de 5,57 milhões de euros no valor do investimento médio reflecte o comportamento menos favorável do *cashflow* que se viu afectado pela descida do valor dos prémios e consequentemente das cobranças, bem como do aumento do volume de pagamentos de sinistros.

A este propósito, cabe aqui referir que o desempenho das cobranças não foi tão negativo como poderia induzir o entorno económico em que se desenrolou a actividade ao longo do ano, na medida em que diminuiu percentualmente menos do que os prémios emitidos enquanto a percentagem de pendentes decresceu novamente, acompanhada de idêntica evolução do prazo médio de cobranças.

## EVOLUÇÃO DO VOLUME DE COBRANÇAS

Valor em milhões de euros

RAMOS	2007		2008		2009	
	Valor	% inc.	Valor	% inc.	Valor	% inc.
Automóvel	64,43	-5,7	61,00	-5,3	59,02	-3,3
Diversos	20,76	14,3	24,80	19,5	25,29	2,0
Acidentes Trabalho	25,48	5,9	26,73	4,9	27,50	2,9
Caução e Crédito *	9,75	-	8,18	-3,2	5,43	-33,6
<b>Total</b>	<b>120,42</b>	<b>0,8</b>	<b>120,71</b>	<b>0,2%</b>	<b>117,24</b>	<b>-2,9</b>

\* Em 2006 e 2007 não eram explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS e não se dispõe de dados comparáveis para 2006

## EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE COBRANÇAS

CONCEITO	ANOS					
	2005	2006	2007	2007*	2008	2009
Prémios por cobrar / Prémios brutos emitidos	9,7%	8,8%	8,8%	9,1%	8,1%	7,6%
Prazo médio de cobrança (em dias)	35	32	32	33	30	28

\* Dados pró-forma, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

Por sua vez, a evolução do mercado imobiliário em Portugal, ainda que de forma mais moderada do que em outros países, tem vindo a ajustar em baixa o preço dos imóveis, motivo pelo qual houve que proceder ao reconhecimento extraordinário de 0,33 milhões de euros de imparidades associadas a esta classe de activos.

Como corolário do comportamento das diversas variáveis da conta de ganhos e perdas, em especial as descritas nos parágrafos anteriores, o resultado líquido do exercício situou-se nos 3,16 milhões de euros frente aos 4,39 milhões do ano anterior.

Apesar da descida verificada, cremos importante destacar o facto da empresa ter conseguido manter a linha de rentabilidade de exploração positiva que vem apresentando desde sempre, muito embora o contexto extraordinariamente difícil, detalhado anteriormente, bem como os sinais do desempenho do mercado que a Junho (último dado disponível) apontavam para um resultado global do sector muito próximo de zero.

Gostaríamos ainda de destacar o elevado e reforçado nível de solvência, revelador da solidez da empresa que permite fazer face aos desafios de crescimento, nomeadamente o verificado através do investimento na nova sociedade do ramo Vida e na participação a concretizar no capital da Finibanco Vida, sem necessidade de injeção adicional de capital.

## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SOLVÊNCIA

CONCEITO	ANOS				
	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado líquido*	4,32	5,23	5,55	4,39	3,16
Margem de solvência	404%	427%	435%	334%	396%

\* Em milhões de euros

## 3.2. Factos relevantes

Como já foi referenciado, o crescimento ocupa um lugar central na estratégia da MAPFRE em Portugal, razão pela qual têm vindo a ser desenvolvidos esforços permanentes nessa direcção.

Em resultado dos mesmos, foi celebrado um acordo com o Grupo Finibanco, mediante o qual, a MAPFRE SEGUROS GERAIS adquire 50% do capital da seguradora Finibanco Vida e o controlo da gestão da mesma, assegurando ainda a possibilidade de distribuir os produtos de Não Vida através do Finibanco, a entidade bancária do grupo.

O esforço de investimento desta operação ascende a 10 milhões de euros a curto prazo, acrescido de um valor variável, em torno de 5 milhões de euros a pagar a médio prazo.

Estão actualmente em curso os trâmites necessários à obtenção da não oposição à transacção por parte das entidades competentes de forma a concretizar esta aquisição, o que se espera possa ocorrer ainda durante o primeiro trimestre de 2010.

Cremos tratar-se de um marco importante para a MAPFRE em Portugal, na medida em que permite alargar de imediato o seu volume de negócios, bem como aceder a um canal de distribuição com a relevância do canal bancário, especialmente interessante no âmbito do negócio de Vida, abrindo boas perspectivas para alavancar o desenvolvimento futuro da sua estratégia.

Dentro das acções definidas no Plano Estratégico elaborado para o triénio 2009-2011, devemos destacar o projecto de criação da nova sociedade para explorar o ramo Vida, mediante a aquisição dos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE VIDA em Portugal.

Este projecto é o corolário da estratégia de reorganização empresarial posta em prática e que já foi objecto de uma fase anterior, com a aquisição em 2008 dos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN Y CREDITO e a correspondente assunção da exploração destes ramos pela MAPFRE SEGUROS GERAIS.

À constituição da nova sociedade de Vida e à preparação da aquisição dos activos e passivos foi associada a migração deste ramo para o Tronweb, programa informático utilizado desde sempre no âmbito dos ramos Não Vida, o que também implicou a redefinição da maior parte dos processos operativos, cujo labor ocupou uma significativa parte dos recursos, estando-se a proceder, no início de Janeiro, à sua posta em prática.

Com isto, espera-se ver facilitadas as sinergias entre os segmentos de negócio de Vida e Não Vida, tanto a nível operacional como comercial, prosseguindo assim os objectivos estratégicos de crescimento e rentabilidade.

No que concerne à rede de distribuição, no sentido de reunir as melhores condições para que possa responder aos exigentes desafios de crescimento e ao desenvolvimento da actividade numa lógica de negócio integral (Vida e Não Vida), pareceu oportuno efectuar alguns ajustamentos à estrutura da Organização Territorial, procedendo à realocação de alguns recursos, bem como à nomeação de um responsável pela coordenação das diversas áreas regionais, com o objectivo mais específico de alinhar esforços e uniformizar as linhas de orientação.

Após a fase de lançamento de que foi alvo nos anos anteriores, em 2009 a estrutura específica dedicada ao segmento de Grandes Negócios e Corretores, dirigiu os seus esforços para a sua consolidação, sem descurar o desenvolvimento de diversas parcerias, de entre as quais destacamos a que foi realizada com a Halcon Viagens para venda de apólices de seguro na sua rede de lojas.

Ao nível dos produtos foi implementada uma nova dinâmica de reformulação dos existentes e de lançamento de novas soluções, que ainda se encontra em fase de arranque mas que se pretende aprofundar na medida em que se assume como fundamental para manter a competitividade e alargar o volume de negócios.

Ainda no âmbito do desenvolvimento de negócio, foram reforçados os procedimentos de tratamento das renovações de carteira, com o objectivo de incrementar a retenção de clientes, e iniciou-se a exploração de canais alternativos de venda, como sejam a internet e o telefone, com resultados que, pese embora o reduzido peso que estas canais ainda têm no contexto da distribuição de seguros em Portugal, se podem considerar bastante interessantes.

Por outro lado, dando continuidade ao processo iniciado no ano anterior, implementaram-se uma série de melhorias nos simuladores/emissores de vários ramos, no sentido de agilizar o processo de contratação, potenciando a dinâmica de negócio através da prestação de um serviço com qualidade acrescida aos clientes e mediadores.

Em termos de Recursos Humanos, verificou-se uma redução de 8 colaboradores, para um total de 306, mantendo-se duas características já destacadas em anos anteriores: a juventude, como atesta a média de idades de 38,5 anos e a baixa taxa de rotatividade que se situou, este ano, nos 5,6%.

Como habitualmente, a formação dos recursos não foi descurada tendo-se investido na disponibilização de 5.935 horas de formação, no âmbito de temas técnicos e comportamentais.

A área de Gestão de Risco e Controlo Interno continuou a desenvolver a sua actividade tal como previsto, cabendo aqui realçar a criação do Comité de Riscos, como órgão de apreciação e aconselhamento do órgão de gestão acerca do nível de risco a assumir pela companhia.

Por outro lado, tratando-se a Gestão de Risco de uma temática transversal a toda a organização, diversas áreas funcionais procederam à publicação de políticas de actuação, como foram os casos da Política de Resseguro e da Política de Aquisição de Bens e Serviços.

Na prossecução do objectivo de Responsabilidade Empresarial, levaram-se a cabo diversas iniciativas de voluntariado, nomeadamente, a colaboração com o Banco Alimentar contra a Fome e, pela primeira vez, com o patrocínio e a colaboração activa da FUNDACIÓN MAPFRE, teve lugar a Caravana de Educação Rodoviária MAPFRE, acção muito apreciada pelas escolas do país por onde esta se deslocou devido à sua forte componente didáctica na preparação das crianças, futuras condutoras.

Finalmente, uma referencia a alguns reconhecimentos externos de que a sociedade foi alvo ao longo do ano 2009.

Ao nível da prestação de serviços, o Call Center – Sim 24 – voltou a ser eleito como um dos melhores, conseguindo, este ano o 3º. lugar no sector de seguros, conseguindo, assim, classificar-se num lugar do *podium* pelo terceiro ano consecutivo.

Por sua vez, o estudo realizado pela Exame em colaboração com a consultora Heidrick & Struggles, colocou a MAPFRE SEGUROS GERAIS no 1º. lugar de entre as empresas seguradoras e o 7º. entre o universo das 250 empresas participantes.

## ▶ 4. Perspectivas de futuro

De acordo com as previsões das entidades oficiais para 2010, a actividade económica continuará a desenvolver-se num ambiente de estagnação que não deixará de influenciar a actividade seguradora no mesmo sentido.

Não obstante, manteremos os grandes objectivos estratégicos actuais - crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial - contando com o empenhamento e a valia de toda a equipa de colaboradores, interna e externa, para os conseguir atingir.

Nesse sentido, os maiores esforços serão dirigidos para a consolidação das operações da nova sociedade do ramo Vida, assim como para o desenvolvimento e aprofundamento da parceria com o Grupo Finibanco.

Por outro lado, continuaremos a dar uma grande importância ao desenvolvimento de produtos para suportar a dinâmica comercial que, igualmente, pretendemos imprimir, tanto ao nível do desenvolvimento da rede de agentes como na procura de parcerias no âmbito de negócios especiais.

Como contributo para assegurar uma adequada rentabilidade levaremos a cabo uma férrea política de contenção e controlo de gastos de funcionamento acompanhada de uma preocupação permanente em otimizar e automatizar processos.

Ao nível dos Recursos Humanos, continuaremos a investir no desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, política que entendemos imprescindível para assegurar a sustentabilidade e o sucesso da organização.

A Gestão de Riscos será alvo de uma atenção especial, através da consolidação dos aspectos postos em prática nos últimos anos e alargando o seu âmbito à área de controlo interno.

Encontram-se já agendadas uma série de acções de índole social, em linha de continuidade com as ocorridas no último ano, reforçando tanto quanto possível a sua abrangência, cumprindo, assim, a função de responsabilidade empresarial que nos cabe.

## ► 5. Reconhecimentos

Não queremos terminar o sumário da actividade do ano sem salientar o contributo de inúmeras pessoas e entidades, sem as quais não teria sido possível apresentar o desempenho anteriormente descrito.

Assim, gostaríamos de agradecer a valiosa colaboração de:

- Accionistas
- Clientes
- Empregados
- Agentes
- Resseguradores
- Co-seguradores
- Fornecedores
- Actuário Externo
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas
- Instituto de Seguros de Portugal
- Associação Portuguesa de Seguradores
- Todos os que de uma forma ou de outra interagiram connosco ao longo do ano findo

## ► 6. Aplicação de resultados

Em 2009 houve lugar à distribuição de reservas livres no montante de 1.823.000,00 €.

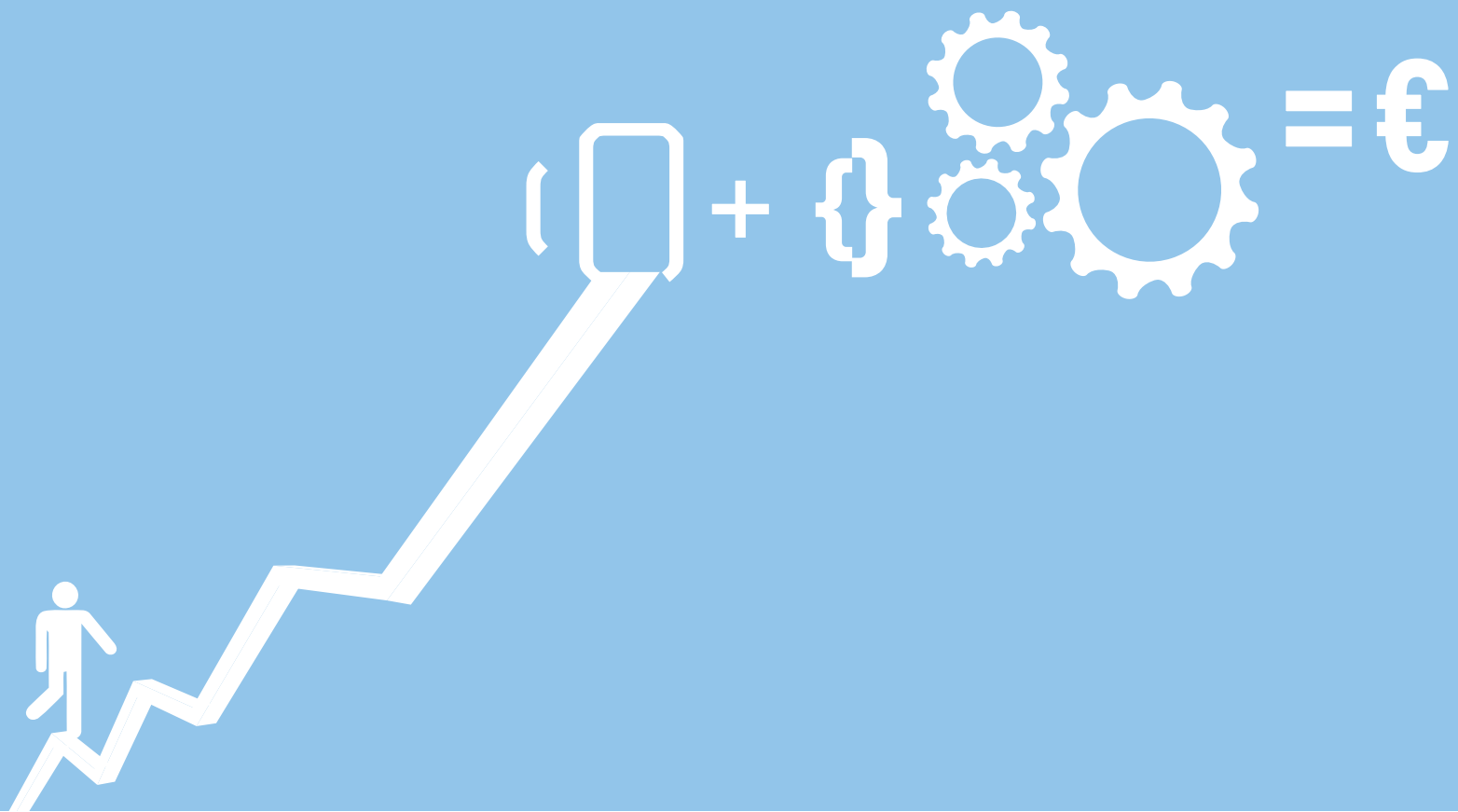
Propomos aos accionistas que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.155.124,47 € seja destinado, na sua maioria, à capitalização da empresa, distribuindo-se da seguinte forma:

- Reserva legal: 315.512,48 €
- Reservas livres: 2.284.350,47 €
- Distribuição de dividendos: 555.261,52 €

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Filipe Dumont dos Santos
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Erazo Campuzano
	Antonio Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor García García
	Rafael Galarraga Solores

# 3 Contas anuais 2009



NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
<b>ACTIVO</b>					
3.1.1.; 8; 30.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.140.660,40		4.140.660,40	12.596.262,92
3.1.2.; 7.	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	22.492.500,00		22.492.500,00	0,00
	Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
3.13.; 6.1.	Activos financeiros disponíveis para venda	128.603.283,52		128.603.283,52	120.221.465,07
3.1.3.2.2.	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00		0,00	6.820.483,07
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
	Outros depósitos	0,00		0,00	6.820.483,07
	Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.1.4.; 3.2.3.; 9.	Terrenos e edifícios	19.678.727,34	3.375.351,93	16.303.375,41	16.862.875,76
	Terrenos e edifícios de uso próprio	19.030.467,95	3.243.958,07	15.786.509,88	16.483.347,02
	Terrenos e edifícios de rendimento	648.259,39	131.393,86	516.865,53	379.528,74
3.1.5.; 10.	Outros activos tangíveis	6.693.301,29	5.268.726,11	1.424.575,18	1.362.186,95
	Inventários	0,00		0,00	0,00
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.1.6.; 12.	Outros activos intangíveis	4.720.212,21	4.293.204,27	427.007,94	594.353,62
3.1.7.	Provisões técnicas de resseguro cedido	25.220.329,26	0,00	25.220.329,26	28.909.754,09
	Provisão para prémios não adquiridos	5.761.733,11		5.761.733,11	5.535.960,10
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	19.458.596,15		19.458.596,15	23.373.793,99
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
3.1.8.; 3.2.1.; 23.	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.204.154,16		2.204.154,16	2.030.030,78
3.1.9.; 13.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21.900.965,44	2.816.923,89	19.084.041,55	18.539.145,22
	Contas a receber por operações de seguro directo	16.061.891,13	2.304.176,98	13.757.714,15	14.347.110,86
	Contas a receber por operações de resseguro	1.618.874,40		1.618.874,40	269.681,08
	Contas a receber por outras operações	4.220.199,91	512.746,91	3.707.453,00	3.922.353,28
	Activos por impostos e taxas	1.842.152,11	0,00	1.842.152,11	2.377.363,00
3.1.17.1.; 24.1.	Activos por impostos correntes	1.000.527,11		1.000.527,11	456.839,84
3.1.17.2.; 24.2.	Activos por impostos diferidos	841.625,00		841.625,00	1.920.523,16
3.1.1.3.	Acréscimos e diferimentos	44.620,18		44.620,18	55.869,56
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>237.540.905,91</b>	<b>15.754.206,20</b>	<b>221.786.699,71</b>	<b>210.369.790,04</b>

VALORES EXPRESSOS EM EUROS.



NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
3.1.1.0.	Provisões técnicas	131.991.735,76	135.653.441,22
3.1.10.1.	Provisão para prémios não adquiridos	26.229.409,41	26.628.538,62
	Provisão matemática do ramo vida		
3.1.10.4.	Provisão para sinistros	100.777.299,53	105.883.869,74
	De vida		
	De acidentes de trabalho	27.331.939,79	25.718.281,14
	De outros ramos	73.445.359,74	80.165.588,60
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.1.10.3.	Provisão para desvios de sinistralidade	2.478.989,52	2.404.310,61
3.1.10.2.	Provisão para riscos em curso	2.506.037,30	736.722,25
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
3.1.11.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
	Outros passivos financeiros	143.070,57	772.811,81
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.1.11.	Depósitos recebidos de resseguradores	143.070,57	772.811,81
	Outros	0,00	0,00
3.1.8.; 3.2.1.; 23.	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.728.320,01	1.644.451,31
3.1.12.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	23.155.268,38	10.432.541,00
	Contas a pagar por operações de seguro directo	6.643.579,24	7.201.207,78
	Contas a pagar por operações de resseguro	958.379,76	2.784.883,01
	Contas a pagar por outras operações	15.553.309,38	446.450,21
	Passivos por impostos	3.259.294,27	3.272.228,31
3.1.17.1.; 24.1.	Passivos por impostos correntes	2.524.523,63	3.170.049,75
3.1.17.2.; 24.2.	Passivos por impostos diferidos	734.770,64	102.178,56
3.1.13.	Acréscimos e diferimentos	3.164.710,60	3.949.685,95
3.1.14.	Outras provisões	1.249.473,98	1.249.473,98
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>164.691.873,57</b>	<b>156.974.633,58</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
25.	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
26.	Reservas de reavaliação	2.296.885,24	-2.525.894,14
	Por ajustamentos no justo valor de de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	2.296.885,24	-2.525.894,14
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
26.	Reserva por impostos diferidos	-608.674,59	669.361,95
26.	Outras reservas	19.142.841,02	18.483.867,05
	Resultados transitados	0,00	-735.615,89
	Resultado do exercício	3.155.124,47	4.394.787,49
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>57.094.826,14</b>	<b>53.395.156,46</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>221.786.699,71</b>	<b>210.369.790,04</b>

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

Notas do Anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Exercício			Exercício anterior	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
3.1.16.; 14.	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		<b>80.589.110,76</b>		<b>80.589.110,76</b>	<b>84.558.645,57</b>
	Prémios brutos emitidos		102.134.817,06		102.134.817,06	105.585.286,03
	Prémios de resseguro cedido		22.316.666,64		22.316.666,64	24.044.720,72
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-343.840,01		-343.840,01	-2.305.733,78
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		427.120,33		427.120,33	712.346,48
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		<b>59.307.082,50</b>		<b>59.307.082,50</b>	<b>60.895.537,52</b>
	Montantes pagos		<b>60.498.454,87</b>		<b>60.498.454,87</b>	<b>57.828.074,16</b>
	Montantes brutos		77.739.065,89		77.739.065,89	69.292.822,50
	Parte dos resseguradores		17.240.611,02		17.240.611,02	11.464.748,34
	Provisão para sinistros (variação)		<b>-1.191.372,37</b>		<b>-1.191.372,37</b>	<b>3.067.463,36</b>
3.1.10.4.	Montante bruto		-5.106.570,21		-5.106.570,21	10.063.745,97
	Parte dos resseguradores		-3.915.197,84		-3.915.197,84	6.996.282,61
3.1.10.2.; 3.1.10.3.	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		<b>1.843.993,96</b>		<b>1.843.993,96</b>	<b>159.666,30</b>
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>-186.695,53</b>
	Custos e gastos de exploração líquidos		<b>20.866.871,89</b>		<b>20.866.871,89</b>	<b>20.811.391,47</b>
3.1.16.; 15.	Custos de aquisição		19.883.986,91		19.883.986,91	20.392.713,50
	Custos de aquisição diferidos (variação)		-55.289,20		-55.289,20	73.695,75
	Gastos administrativos		4.464.411,55		4.464.411,55	4.714.178,62
3.1.16.	Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.426.237,37		3.426.237,37	4.369.196,40
3.1.3.2.1.; 16.2.1	Rendimentos		<b>5.639.458,28</b>	<b>0,00</b>	<b>5.639.458,28</b>	<b>6.797.134,44</b>
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.399.456,50		5.399.456,50	5.729.429,58
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		240.001,78		240.001,78	1.067.704,86
16.2.2.	Gastos financeiros		<b>721.071,23</b>	<b>0,00</b>	<b>721.071,23</b>	<b>772.607,18</b>
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		146.240,11		146.240,11	249.916,77
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		574.831,12		574.831,12	522.690,41
17.	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		<b>287.183,47</b>	<b>0,00</b>	<b>287.183,47</b>	<b>-1.406.641,67</b>
	De activos disponíveis para venda		142.357,12		142.357,12	-1.413.487,22
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros		144.826,35		144.826,35	6.845,55

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Notas do Anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Exercício			Exercício anterior	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
3.1.3.2.3.; 3.2.4.	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		428.808,18	0,00	428.808,18	1.600.469,93
	De activos disponíveis para venda		100.685,84		100.685,84	1.299.653,78
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		328.122,34		328.122,34	300.816,15
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		70.129,62		70.129,62	21.792,19
13.	Outras provisões (variação)			-497.960,45	-497.960,45	184.923,40
	Outros rendimentos/gastos			531.834,10	531.834,10	260.416,20
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>3.418.054,37</b>	<b>1.029.794,55</b>	<b>4.447.848,92</b>	<b>5.993.446,46</b>
3.1.17.1.; 3.2.5.;24.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		1.036.468,38		1.036.468,38	2.093.564,88
3.1.17.2.; 24.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		256.256,07		256.256,07	-494.905,91
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.125.329,92</b>	<b>1.029.794,55</b>	<b>3.155.124,47</b>	<b>4.394.787,49</b>

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS).

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL				RESERVAS DE REAVALIAÇÃO					
		ACÇÕES PRÓPRIAS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS COMPOSTOS	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	OUTROS	POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	POR REVALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	POR REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	
Balanço a 31 de Dezembro 2008 (balanço de abertura)	33.108.650,00										-2.525.894,14
Correcções de erros (IAS 8) - Nota 35											
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35											
Balanço de abertura alterado	33.108.650,00										-2.525.894,14
Aumentos/reduções de capital											
Transacção de acções próprias											
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos											
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							4.822.779,38				
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio											
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis											
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis											
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa											
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira											
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio											
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos											
Aumentos de reservas por aplicação de resultados											
Distribuição de reservas											
Distribuição de lucros/prejuízos											
Alterações de estimativas contabilísticas											
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio											
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas											
Total das variações do capital próprio							4.822.779,38				
Resultado líquido do período											
Distribuição antecipada de lucros											
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2009</b>	<b>33.108.650,00</b>						<b>2.296.885,24</b>				

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS).

RESERVAS DE REAVLIAÇÃO				OUTRAS RESERVAS						
DE INSTRUMENTOS DE COBERTURA EM COBERTURAS DE FLUXOS DE CAIXA	DE COBERTURA DE INVESTIMENTOS LÍQUIDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	DE DIFERENÇAS DE CÂMBIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			669.361,95	2.637.224,06		2.979.548,04	12.867.094,95	-735.615,89	4.394.787,49	53.395.156,46
							-177.197,63			-177.197,63
			669.361,95	2.637.224,06		2.979.548,04	12.689.897,32	-735.615,89	4.394.787,49	53.217.958,83
			-1.278.036,54							3.544.742,84
				439.478,75			2.219.692,85	735.615,89	-3.394.787,49	
							-1.823.000,00			-1.823.000,00
									-1.000.000,00	-1.000.000,00
			-1.278.036,54	439.478,75			396.692,85	735.615,89	-4.394.787,49	721.742,84
									3.155.124,47	3.155.124,47
			-608.674,59	3.076.702,81		2.979.548,04	13.086.590,17		3.155.124,47	57.094.826,14

## NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2009

Contas Individuais

### 1. Informações gerais

1.1. A MAPFRE SEGUROS GERAIS foi constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997, formalmente considerada sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A do ISP e iniciou a sua actividade em 1 de Abril de 1998.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

A estrutura da MAPFRE SEGUROS GERAIS apresenta a seguinte organização:

A) Serviços centrais

Nestes serviços encontram-se as áreas técnicas e administrativas da gestão da empresa.

B) Rede MAPFRE

A extensa rede territorial integra os seguintes elementos:

- Escritórios directos: são escritórios dotados com um quadro interno de colaboradores, onde se realizam fundamentalmente tarefas comerciais, atendimento ao público, apoio à rede de agentes e emissão de apólices de ramos de massa.
- Escritórios delegados: são escritórios dirigidos por um agente, com contrato de exclusividade, em que o seu trabalho assenta na venda de produtos MAPFRE.
- Agentes: A MAPFRE conta com um elevado número de agentes, tanto ao nível do negócio de particulares como de grandes negócios.
- Acordos especiais: A companhia tem estabelecido alguns acordos com instituições financeiras e outras.

1.2. A MAPFRE SEGUROS GERAIS explora a totalidade dos Ramos de Seguros Não Vida, definidos no Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2009 prémios no valor de 102 milhões de euros, que representam um decréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 22% e de Autos 51%, desses prémios, e os restantes 27% para os ramos de Acidentes e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efectuado um resumo da actividade desenvolvida em 2009, apresentados alguns

indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2010, que assenta em 3 pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

NOTAS GERAIS:

As Notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 01 de Março de 2010, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 2. Informação por segmentos

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de acidentes pessoais, incêndio e outros danos, marítimo, aéreo e responsabilidade civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efectuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2009, apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2009			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22%	51%	4%	23%

Exercício de 2008			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
21%	51%	7%	21%

2.2. O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com excepção dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda, afectos ao ramo de Acidentes de trabalho, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos, que já estavam registados por ramos de negócio, utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas de cada um dos segmentos.

Balanço	Exercício de 2009					
	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
<b>ACTIVO</b>						
Caixa e seus equiv. e dep. à ordem	4.140.660,40	1.117.978,31	2.484.396,24	207.033,02	331.252,83	0,00
Inv. em filiais, assoc. e empreend. conj.	22.492.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.492.500,00
Activos financ. disponíveis para venda	128.603.283,52	35.477.730,13	76.537.487,16	6.605.084,33	9.982.981,90	0,00
Emp. concedidos e contas a rec.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e edifícios	16.303.375,41	4.401.911,36	9.782.025,25	815.168,77	1.304.270,03	0,00
Out. activos tangíveis	1.424.575,18	384.635,30	854.745,11	71.228,76	113.966,01	0,00
Out. activos intangíveis	427.007,94	115.292,14	256.204,76	21.350,40	34.160,64	0,00
Provisões técnicas de resseg. cedido	25.220.329,26	21.568,75	3.391.664,74	11.543.629,20	10.263.466,57	0,00
Act.p/ benef.pós-emp.e out.benef.de l.p.	2.204.154,16	595.121,62	1.322.492,50	110.207,71	176.332,33	0,00
Out. dev. p/ oper. de seg. e outras oper.	19.084.041,55	5.152.691,22	11.450.424,93	954.202,08	1.526.723,32	0,00
Activos p/ impostos e taxas	1.842.152,11	497.381,07	1.105.291,27	92.107,61	147.372,17	0,00
Acréscimos e diferimentos	44.620,18	12.047,45	26.772,11	2.231,01	3.569,61	0,00
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>221.786.699,71</b>	<b>47.776.357,35</b>	<b>107.211.504,06</b>	<b>20.422.242,88</b>	<b>23.884.095,42</b>	<b>22.492.500,00</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>						
<b>PASSIVO</b>						
Provisões técnicas de seg. directo	131.991.735,76	29.363.983,30	67.028.553,45	17.035.408,88	18.563.790,13	0,00
Out. passivos financ.	143.070,57	38.629,05	85.842,34	7.153,53	11.445,65	0,00
Pass.p/benef.pós-emp.out.benef.de l.p.	1.728.320,01	466.646,40	1.036.992,01	86.416,00	138.265,60	0,00
Out. cred. p/ oper. de seg. e outras oper.	23.155.268,38	2.201.922,46	4.893.161,03	407.763,42	652.421,47	15.000.000,00
Passivos p/ impostos e taxas	3.259.294,27	880.009,45	1.955.576,56	162.964,71	260.743,54	0,00
Acréscimos e diferimentos	3.164.710,60	854.471,86	1.898.826,36	158.235,53	253.176,85	0,00
Outras provisões	1.249.473,98	337.357,97	749.684,39	62.473,70	99.957,92	0,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>164.691.873,57</b>	<b>34.143.020,51</b>	<b>77.648.636,14</b>	<b>17.920.415,77</b>	<b>19.979.801,15</b>	<b>15.000.000,00</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital	33.108.650,00	8.939.335,50	19.865.190,00	1.655.432,50	2.648.692,00	0,00
Reservas de reavaliação	2.296.885,24	620.159,01	1.378.131,14	114.844,26	183.750,82	0,00
Reserva p/ impostos diferidos	-608.674,59	-164.342,14	-365.204,75	-30.433,73	-48.693,97	0,00
Outras reservas	19.142.841,02	5.168.567,08	11.485.704,61	957.142,05	1.531.427,28	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	3.155.124,47	1.375.809,03	-775.692,64	1.275.066,00	1.542.871,97	0,00
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>57.094.826,14</b>	<b>15.939.528,48</b>	<b>31.588.128,36</b>	<b>3.972.051,09</b>	<b>5.858.048,11</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAP.PRÓPRIO</b>	<b>221.786.699,71</b>	<b>50.082.548,99</b>	<b>109.236.764,50</b>	<b>21.892.466,86</b>	<b>25.837.849,26</b>	<b>15.000.000,00</b>

O valor apresentado na coluna de "Outros", refere-se ao investimento em filiais e associadas explicitado nas notas 7 e 33.1.2.

Balanço	Exercício de 2008				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e seus equiv. e dep. à ordem	12.596.262,92	3.275.028,36	7.305.832,49	1.133.663,66	881.738,40
Inv. em filiais, assoc. e empreend. conj.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos financ. disponíveis para venda	120.221.465,07	36.877.442,24	65.259.873,61	10.125.910,13	7.958.239,09
Emp. concedidos e contas a rec.	6.820.483,07	1.773.325,60	3.955.880,18	613.843,48	477.433,81
Terrenos e edifícios	16.862.875,76	4.384.347,70	9.780.467,94	1.517.658,82	1.180.401,30
Out. activos tangíveis	1.362.186,95	354.168,61	790.068,43	122.596,83	95.353,09
Out. activos intangíveis	594.353,62	154.531,94	344.725,10	53.491,83	41.604,75
Provisões técnicas de resseg. cedido	28.909.754,09	0,00	3.438.066,44	13.757.171,95	11.714.515,70
Act.p/ benef.pós-emp.e out.benef.de L.p.	2.030.030,78	527.808,00	1.177.417,85	182.702,77	142.102,15
Out. dev. p/ oper. de seg. e outras oper.	18.539.145,22	4.820.177,76	10.752.704,23	1.668.523,07	1.297.740,17
Activos p/ impostos e taxas	2.377.363,00	618.114,38	1.378.870,54	213.962,67	166.415,41
Acréscimos e diferimentos	55.869,56	14.526,09	32.404,34	5.028,26	3.910,87
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>210.369.790,04</b>	<b>52.799.470,67</b>	<b>104.216.311,16</b>	<b>29.394.553,46</b>	<b>23.959.454,75</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>					
<b>PASSIVO</b>					
Provisões técnicas de seg. directo	135.653.441,22	27.029.991,01	65.855.328,74	23.442.014,31	19.326.107,16
Out. passivos financ.	772.811,81	200.931,07	448.230,85	69.553,06	54.096,83
Pass.p/ benef.pós-emp.e out.benef.de L.p.	1.644.451,31	427.557,34	953.781,76	148.000,62	115.111,59
Out. cred. p/ oper. de seg. e outras oper.	10.432.541,00	2.712.460,66	6.050.873,78	938.928,69	730.277,87
Passivos p/ impostos e taxas	3.272.228,31	850.779,36	1.897.892,42	294.500,55	229.055,98
Acréscimos e diferimentos	3.949.685,95	1.026.918,35	2.290.817,85	355.471,74	276.478,02
Outras provisões	1.249.473,98	324.863,23	724.694,91	112.452,66	87.463,18
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>156.974.633,58</b>	<b>32.573.501,02</b>	<b>78.221.620,31</b>	<b>25.360.921,62</b>	<b>20.818.590,63</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Capital	33.108.650,00	8.608.249,00	19.203.017,00	2.979.778,50	2.317.605,50
Reservas de reavaliação	-2.525.894,14	-656.732,48	-1.465.018,60	-227.330,47	-176.812,59
Reserva p/ impostos diferidos	669.361,95	174.034,11	388.229,93	60.242,58	46.855,34
Outras reservas	18.483.867,05	4.805.805,43	10.720.642,89	1.663.548,03	1.293.870,69
Resultados transitados	-735.615,89	-191.260,13	-426.657,22	-66.205,43	-51.493,11
Resultado do exercício	4.394.787,49	2.767.457,72	5.438.339,92	-4.730.764,98	2.442.921,00
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>53.395.156,46</b>	<b>15.507.553,65</b>	<b>33.858.553,92</b>	<b>-320.731,78</b>	<b>5.872.946,83</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAP.PRÓPRIO</b>	<b>210.369.790,04</b>	<b>48.081.054,68</b>	<b>112.080.174,23</b>	<b>25.040.189,84</b>	<b>26.691.537,46</b>



Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício de 2009				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adq líq de resseg	80.589.110,76	21.615.966,48	49.954.026,63	809.637,86	8.209.479,79
Prémios brutos emitidos	102.134.817,06	22.157.688,20	51.854.183,41	4.538.233,70	23.584.711,75
Prémios de resseg cedido	22.316.666,64	408.250,00	3.183.723,37	3.793.325,56	14.931.367,71
Prov p/prémios ñ adq (var)	-343.840,01	133.471,72	-1.109.065,18	-305.181,96	936.935,41
Prov p/pr ñ adq p.resseg (var)	427.120,33	0,00	174.501,41	-240.452,24	493.071,16
Ctos c/sinistros, líq resseg	59.307.082,50	16.518.384,87	38.686.346,36	95.977,27	4.006.374,00
Montantes pagos	60.498.454,87	14.926.294,97	38.757.461,08	2.927.831,88	3.886.866,94
Montantes brutos	77.739.065,89	14.983.474,34	41.650.052,55	11.830.015,90	9.275.523,10
Parte dos resseg	17.240.611,02	57.179,37	2.892.591,47	8.902.184,02	5.388.656,16
Provisão para sinistros (var)	-1.191.372,37	1.592.089,90	-71.114,72	-2.831.854,61	119.507,06
Montante bruto	-5.106.570,21	1.613.658,65	-292.017,83	-4.883.870,06	-1.544.340,97
Parte dos resseg	-3.915.197,84	21.568,75	-220.903,11	-2.052.015,45	-1.663.848,03
Out prov téc, líq resseg (var)	1.843.993,96	0,00	2.326.689,24	-653.847,67	171.152,39
Particip rstdos, líq resseg	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ctos/gastos exploração líq	20.866.871,89	5.048.456,64	12.002.331,43	671.317,80	3.144.766,02
Custos de aquisição	19.883.986,91	4.154.978,32	9.616.290,77	896.381,30	5.216.336,52
Custos aquisição difer (var)	-55.289,20	-27.852,21	247.618,48	51.008,39	-326.063,86
Gastos administrativos	4.464.411,55	921.330,53	2.138.422,18	288.845,68	1.115.813,16
Comis/particip rstdos resseg	3.426.237,37	0,00	0,00	564.917,57	2.861.319,80
Rendimentos	5.639.458,28	1.569.454,06	2.658.119,76	675.620,70	736.263,76
De jur act financ ñ val jv gp	5.399.456,50	1.569.454,06	2.501.374,59	635.780,41	692.847,44
Outros	240.001,78	0,00	156.745,16	39.840,30	43.416,32
Gastos financeiros	721.071,23	171.748,89	330.569,60	119.899,58	98.853,17
De jur act financ ñ val jv gp	146.240,11	45.023,09	66.104,84	16.802,03	18.310,16
Outros	574.831,12	126.725,80	264.464,76	103.097,55	80.543,01
Ganh líq act/pass fin ñ val jv gp	287.183,47	-16.071,69	198.055,94	50.340,36	54.858,86
De act disponíveis p/venda	142.357,12	-16.071,69	103.469,86	26.299,18	28.659,77
De outros	144.826,35	0,00	94.586,09	24.041,17	26.199,09
Perdas imparidade (líq/rever)	428.808,18	0,00	280.054,62	71.182,16	77.571,40
De act disponíveis p/venda	100.685,84	0,00	65.757,92	16.713,85	18.214,07
De outros	328.122,34	0,00	214.296,70	54.468,31	59.357,33
Out rend/gtos téc, líq resseg	70.129,62	-54.949,42	40.096,28	43.996,22	40.986,54
<b>RSTDO TÉCNICO</b>	<b>3.418.054,37</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>
Outras provisões (variação)	-497.960,45				
Outros rendimentos/gastos	531.834,10				
<b>RSTDO NÃO TÉCNICO</b>	<b>1.029.794,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RSTDO ANTES IMPOSTOS</b>	<b>4.447.848,92</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>
Imp s/rend exerc-Imp corrente	1.036.468,38				
Imp s/rend exerc-Imp diferido	256.256,07				
<b>RSTDO LIQUIDO EXERCICIO</b>	<b>3.155.124,47</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>

Exercício de 2008					
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adq liq de resseg	84.558.645,57	21.541.661,88	54.161.027,13	1.526.858,67	7.329.097,89
Prémios brutos emitidos	105.585.286,03	22.185.245,48	53.562.486,65	7.922.683,96	21.914.869,94
Prémios de resseg cedido	24.044.720,72	520.552,52	2.385.098,49	6.510.076,07	14.628.993,64
Prov p/prémios ñ adq (var)	-2.305.733,78	123.031,08	-3.012.452,65	-172.896,53	756.584,32
Prov p/pr ñ adq p.ress (var)	712.346,48	0,00	-28.813,68	-58.645,75	799.805,91
Ctos c/sinistros, liq resseg	60.895.537,52	15.528.640,09	37.268.684,87	5.593.459,65	2.504.752,91
Montantes pagos	57.828.074,16	14.527.105,56	36.750.497,39	2.948.664,65	3.601.806,56
Montantes brutos	69.292.822,50	14.721.486,86	39.943.607,31	7.757.246,16	6.870.482,17
Parte dos resseg	11.464.748,34	194.381,30	3.193.109,92	4.808.581,51	3.268.675,61
Provisão para sinistros (var)	3.067.463,36	1.001.534,53	518.187,48	2.644.795,00	-1.097.053,65
Montante bruto	10.063.745,97	904.423,51	-1.059.774,69	7.102.446,79	3.116.650,36
Parte dos resseg	6.996.282,61	-97.111,02	-1.577.962,17	4.457.651,79	4.213.704,01
Out prov téc, liq resseg (var)	159.666,30	0,00	-28.515,31	492.935,35	-304.753,74
Particip rstdos, liq resseg	-186.695,53	0,00	0,00	-186.695,53	0,00
Ctos/gastos exploração liq	20.811.391,47	5.114.998,09	12.257.772,76	529.565,39	2.909.055,23
Custos de aquisição	20.392.713,50	4.189.949,27	9.897.969,99	1.568.945,53	4.735.848,71
Custos aquisição difer (var)	73.695,75	-34.535,92	164.316,16	19.594,67	-75.679,16
Gastos administrativos	4.714.178,62	959.584,74	2.195.486,61	509.654,07	1.049.453,20
Comis/particip rstdos resseg	4.369.196,40	0,00	0,00	1.568.628,88	2.800.567,52
Rendimentos	6.797.134,44	1.776.708,08	3.086.558,13	1.027.681,28	906.186,96
De jur act financ ñ val jv gp	5.729.429,58	1.776.708,08	2.430.133,18	809.122,09	713.466,23
Outros	1.067.704,86	0,00	656.424,95	218.559,18	192.720,73
Gastos financeiros	772.607,18	133.870,63	355.352,10	175.252,33	108.132,11
De jur act financ ñ val jv gp	249.916,77	40.877,52	128.517,33	42.790,33	37.731,58
Outros	522.690,41	92.993,11	226.834,77	132.462,00	70.400,53
Ganh liq act/pass fin ñ val jv gp	-1.406.641,67	221.024,19	-1.000.688,97	-333.183,20	-293.793,69
De act disponiveis p/venda	-1.413.487,22	221.024,19	-1.004.897,61	-334.584,49	-295.029,31
De outros	6.845,55	0,00	4.208,64	1.401,28	1.235,62
Perdas imparidade (liq/rever)	1.600.469,93	0,00	983.968,91	327.616,19	288.884,82
De act disponiveis p/venda	1.299.653,78	0,00	799.027,14	266.039,13	234.587,51
De outros	300.816,15	0,00	184.941,77	61.577,07	54.297,32
Out rend/gtos téc, liq resseg	21.792,19	5.572,38	28.706,97	-19.988,34	7.501,18
<b>RSTDO TÉCNICO</b>	<b>5.917.953,66</b>	<b>2.767.457,72</b>	<b>5.438.339,92</b>	<b>-4.730.764,98</b>	<b>2.442.921,00</b>
Outras provisões (variação)	184.923,40				
Outros rendimentos/gastos	260.416,20				
<b>RSTDO NÃO TÉCNICO</b>	<b>75.492,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RSTDO ANTES IMPOSTOS</b>	<b>5.993.446,46</b>	<b>2.767.457,72</b>	<b>5.438.339,92</b>	<b>-4.730.764,98</b>	<b>2.442.921,00</b>
Imp s/rend exerc-Imp corrente	2.093.564,88				
Imp s/rend exerc-Imp diferido	-494.905,91				
<b>RSTDO LIQUIDO EXERCICIO</b>	<b>4.394.787,49</b>	<b>2.767.457,72</b>	<b>5.438.339,92</b>	<b>-4.730.764,98</b>	<b>2.442.921,00</b>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a totalidade da actividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

### *3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas*

No exercício de 2009 as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, excepto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico excepto no que respeita aos activos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do GRUPO MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site [www.mapfre.com](http://www.mapfre.com).

#### 3.1. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

##### **3.1.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela companhia correspondem a contas em euros.

##### **3.1.2. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa mãe for proprietária, directa ou indirectamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excepcionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- Poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direcção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou
- Poder para apresentar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direcção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esses conselho ou órgão.

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, directa ou indirectamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a

investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, directa ou indirectamente (por exemplo através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no órgão de direcção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre a investidora e a investida;
- Intercambio de pessoal de gestão; ou
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de actividades empresariais a adquirente deve, à data da aquisição:

- Reconhecer o "goodwill" adquirido numa concentração de actividades empresariais como um activo; e
- inicialmente mensurar esse "goodwill" pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de actividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o "goodwill" adquirido numa concentração de actividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade, o "goodwill" adquirido numa concentração de actividades empresariais deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de actividades empresarias, independentemente de outros activos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o "goodwill" seja assim imputado deve:

- Representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o "goodwill" é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- não ser maior do que um segmento baseado tanto no formato de relato primário

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7 e 33).

##### **3.1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

###### **3.1.3.1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os activos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Activos disponíveis para venda" e em "Empréstimos concedidos e contas a receber/ Outros depósitos".

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. Os custos directamente imputados à transacção são acrescidos ao valor do activo.

### 3.1.3.2. MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 3.1.3.2.1. Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de cambio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de activos financeiros.

Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transacção directamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transacção em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de activos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efectiva. A taxa efectiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são directamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de activos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adopta os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se actualizando os fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, a taxas equivalentes às taxas de juro swaps em euros, adicionados ou diminuídos da qualidade creditícia do emissor e homogeneizados em função da qualidade do emissor e da maturidade. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adoptados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

#### 3.1.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

A carteira de activos registada em "Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos" é constituída exclusivamente por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos

incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

#### 3.1.3.2.3. Imparidade dos activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente e por cada um dos activos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos – valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de activos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros".

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objectiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldade financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência;
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de activos;

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo", a MAPFRE adopta aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspectos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o GRUPO MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado;
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia;

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referencia às contas do ano 2009 com base nos comentários emitidos em Julho do mesmo ano pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

— A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;

— Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projecto de substituição da IAS 39.

— Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto

#### **3.1.4. EDIFÍCIOS**

Os edifícios que a empresa utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adoptou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao activo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

#### **3.1.5. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS**

Os activos tangíveis, excepto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos activos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

#### **3.1.6. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do activo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

#### **3.1.7. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO**

As provisões técnicas de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro directo, que se detalham na alínea 3.1.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

#### **3.1.8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

##### **3.1.8.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES:**

A Companhia adopta o Plano de Benefícios Definidos, estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho em vigor para a Actividade Seguradora, nos termos do qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na actividade seguradora até Junho de 1995. A totalidade das responsabilidades da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, contratadas junto da MAPFRE VIDA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada. Em consequência, o valor actual destas responsabilidades é reflectido no passivo, sendo o justo valor dos activos reflectido no activo.

O valor actual das responsabilidades da Companhia é apurado numa base anual, pelo método de valoração actuarial da unidade de crédito projectada e tendo por base pressupostos actuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças, entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é reflectido na conta de ganhos e perdas do exercício.

##### **3.1.8.2. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO:**

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, reflectidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

#### **3.1.9. OUTROS DEVEDORES**

A valorização destes activos realiza-se ao custo histórico líquidos dos ajustamentos efectuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

#### **3.1.10. PROVISÕES TÉCNICAS**

##### **3.1.10.1. PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS DO SEGURO DIRECTO E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS**

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou

vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método “pró rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

#### 3.1.10.2. PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Protecção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 do ISP.

#### 3.1.10.3. PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade, destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os Ramos de Caução e Crédito.

#### 3.1.10.4. PROVISÃO PARA SINISTROS DE SEGURO DIRECTO

##### 3.1.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica para que não resulte nem imprudente nem excessivamente conservadora.

##### 3.1.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

##### 3.1.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

##### 3.1.10.4.4. Responsabilidades com assistência vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

##### 3.1.10.4.5. Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros

pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

#### 3.1.10.4.6. Provisão matemática de acidentes de trabalho

Corresponde ao valor actual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projecção actuarial.

São apresentados na Nota 4, informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adoptados na determinação destas provisões.

### 3.1.11. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado é os depósitos de resseguro, que constituem retenções efectuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

### 3.1.12. OUTROS CREDORES

A valorização efectua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

### 3.1.13. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efectuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efectue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No activo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

### 3.1.14. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A rubrica “Outras provisões” inclui apenas contingências fiscais.

### **3.1.15. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS**

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adoptados pela Companhia na determinação destas imputações

### **3.1.16. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS**

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro directo e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.10.4. e 3.1.7. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros,

### **3.1.17. IMPOSTOS**

Os impostos sobre os lucros compreendem, os impostos correntes e os impostos diferidos e são reflectidos na conta de ganhos e perdas do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram, tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

#### **3.1.17.1. IMPOSTOS CORRENTES**

Os impostos correntes são apurados, com base no lucro tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros, requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

#### **3.1.17.2. IMPOSTOS DIFERIDOS**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos activos até ao

montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

### **3.1.18. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transacções em moeda estrangeira são registadas, com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

## **3.2. ALTERAÇÕES RELEVANTES RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO ANTERIOR**

No exercício de 2009 não ocorreram alterações relevantes das políticas contabilísticas aplicadas pela Companhia.

## **3.3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

### **3.3.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Conforme descrito na alínea 3.1.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus actuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

### **3.3.2. DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS**

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.1.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser substancialmente diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

### 3.3.3. DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS

A Companhia efectuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efectivamente se virão a verificar poderão ser substancialmente diferentes.

### 3.3.4. PERDAS POR DETERIORO DE DETERMINADOS ACTIVOS

A Companhia reconheceu as perdas por deterioro dos seus activos, nomeadamente no que respeita aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efectivamente a verificar-se valores significativamente diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

### 3.3.5. DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais, nomeadamente no que respeita à situação descrita na Nota 33.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros factores considerados relevantes em cada momento.

## 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e activos de resseguro

### 4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

#### A) POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS RELATIVAMENTE A CONTRATOS DE SEGURO;

As políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.1.10.

#### B) PROCESSOS USADOS PARA DETERMINAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS QUE TIVERAM MAIOR EFEITO NA MENSURAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;

##### I) SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efectuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efectuada pelo valor garantido e no ramo de Crédito, pelo valor efectivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efectivo.

##### II) DESVIOS DE SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes efectuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

##### III) SINISTROS PENDENTES DE DECLARAÇÃO (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes efectuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

##### IV) RESPONSABILIDADES COM ASSISTÊNCIA VITALÍCIA

A provisão resulta do produto dos coeficientes da tabela de mortalidade GDF80 pelo custo médio de 1.000 euros, valor este utilizado com base na opinião do actuário independente.

Este método de valorização é adoptado em virtude da inexistência de histórico suficiente da companhia para permitir o cálculo segundo métodos estatísticos.

##### V) GASTOS DE TRAMITAÇÃO DOS SINISTROS PENDENTES

Esta provisão calcula-se, considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projecção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

##### VI) PROVISÃO MATEMÁTICA DE ACIDENTES DE TRABALHO

É calculada segundo métodos de projecção actuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos Capitais de Remissão	Provisões Matemáticas
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas, para o valor dos capitais de remissão, apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.



### C) ALTERAÇÕES NAS METODOLOGIAS DE CÁLCULO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2009 e 2008 nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

### D) RECONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO, NOS ACTIVOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE RESSEGURO, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2009 E 2008 – PROVISÕES TÉCNICAS.

Exercício de 2009				
Provisões Técnicas - Seguro Directo	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	26.628.538,62	0,00	399.129,21	26.229.409,41
Prémios não adquiridos	32.581.462,80	0,00	343.840,01	32.237.622,79
Custos de aquisição diferidos	-5.952.924,18	0,00	55.289,20	-6.008.213,38
Provisão para sinistros	105.883.869,74	2.723.076,03	7.829.646,24	100.777.299,53
De acidentes de trabalho	25.718.281,14	1.925.700,63	312.041,98	27.331.939,79
Matemática	16.238.956,94	1.896.437,05	0,00	18.135.393,99
Assistência vitalícia	1.576.774,30	24.870,09	0,00	1.601.644,39
Outras prestações e custos	6.953.709,89	0,00	240.296,83	6.713.413,06
IBNR	343.116,65	0,00	48.157,32	294.959,33
IBNER	274.455,71	0,00	23.587,83	250.867,88
Custos de gestão de sinistros	331.267,65	4.393,49	0,00	335.661,14
De outros seguros	80.165.588,60	797.375,40	7.517.604,26	73.445.359,74
Prestações	61.578.699,13	0,00	5.560.982,54	56.017.716,59
IBNR	11.730.596,65	0,00	1.208.392,00	10.522.204,65
IBNER	4.116.195,55	797.375,40	0,00	4.913.570,95
Custos de gestão de sinistros	2.740.097,27	0,00	748.229,72	1.991.867,55
Outras provisões técnicas	3.141.032,86	1.843.993,96	0,00	4.985.026,82
Provisão para desvios de sinistralidade	2.404.310,61	74.678,91	0,00	2.478.989,52
Provisão para riscos em curso	736.722,25	1.769.315,05	0,00	2.506.037,30
<b>TOTAL</b>	<b>135.653.441,22</b>	<b>4.567.069,99</b>	<b>8.228.775,45</b>	<b>131.991.735,76</b>

Exercício de 2008					
Provisões Técnicas - Seguro Directo	Saldo Inicial	Concentração Empresarial Mapfre CYC	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	28.152.702,63	707.874,02	0,00	2.232.038,03	26.628.538,62
Prémios não adquiridos	34.061.241,94	825.954,64	0,00	2.305.733,78	32.581.462,80
Custos de aquisição diferidos	-5.908.539,31	-118.080,62	0,00	-73.695,75	-5.952.924,18
Provisão para sinistros	82.759.764,12	13.060.359,65	13.616.990,88	3.553.244,91	105.883.869,74
De acidentes de trabalho	24.813.857,63	0,00	1.406.770,21	502.346,70	25.718.281,14
Matemática	15.344.318,17	0,00	894.638,77	0,00	16.238.956,94
Assistência vitalícia	1.530.381,30	0,00	46.393,00	0,00	1.576.774,30
Outras prestações e custos	6.741.066,79	0,00	212.643,10	0,00	6.953.709,89
IBNR	90.021,31	0,00	253.095,34	0,00	343.116,65
IBNER	568.770,38	0,00	0,00	294.314,67	274.455,71
Custos de gestão de sinistros	539.299,68	0,00	0,00	208.032,03	331.267,65
De outros seguros	57.945.906,49	13.060.359,65	12.210.220,67	3.050.898,21	80.165.588,60
Prestações	43.674.897,43	11.253.283,41	6.650.518,29	0,00	61.578.699,13
IBNR	6.175.553,92	1.807.076,24	3.747.966,49	0,00	11.730.596,65
IBNER	7.167.093,76	0,00	0,00	3.050.898,21	4.116.195,55
Custos de gestão de sinistros	928.361,38	0,00	1.811.735,89	0,00	2.740.097,27
Provisão para participação nos resultados	0,00	622.318,44	0,00	622.318,44	0,00
Outras provisões técnicas	749.778,42	2.231.588,14	159.666,30	0,00	3.141.032,86
Provisão para desvios de sinistralidade	340.927,31	1.999.764,49	63.618,81	0,00	2.404.310,61
Provisão para riscos em curso	408.851,11	231.823,65	96.047,49	0,00	736.722,25
<b>TOTAL</b>	<b>111.662.245,17</b>	<b>16.622.140,25</b>	<b>13.776.657,18</b>	<b>6.407.601,38</b>	<b>135.653.441,22</b>

Exercício de 2009				
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	5.535.960,10	427.120,33	201.347,32	5.761.733,11
Prémios não adquiridos	6.700.228,02	427.120,33	0,00	7.127.348,35
Custos de aquisição diferidos	-1.164.267,92	0,00	201.347,32	-1.365.615,24
Provisão para sinistros	23.373.793,99	315.029,13	4.230.226,97	19.458.596,15
Prestações	19.072.048,55	0,00	3.913.126,95	15.158.921,60
IBNR	5.777.021,59	0,00	317.100,02	5.459.921,57
IBNER	-1.475.276,15	315.029,13	0,00	-1.160.247,02
<b>TOTAL</b>	<b>28.909.754,09</b>	<b>742.149,46</b>	<b>4.431.574,29</b>	<b>25.220.329,26</b>

Exercício de 2008					
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Concentração Empresarial Mapfre CYC	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	4.372.601,69	349.451,43	813.906,98	0,00	5.535.960,10
Prémios não adquiridos	5.462.739,19	525.142,35	712.346,48	0,00	6.700.228,02
Custos de aquisição diferidos	-1.090.137,50	-175.690,92	101.560,50	0,00	-1.164.267,92
Provisão para sinistros	7.401.212,06	8.976.299,32	9.226.226,26	2.229.943,65	23.373.793,99
Prestações	5.805.021,30	7.798.077,62	5.468.949,63	0,00	19.072.048,55
IBNR	841.523,26	1.178.221,70	3.757.276,63	0,00	5.777.021,59
IBNER	754.667,50	0,00	0,00	2.229.943,65	-1.475.276,15
Provisão para participação nos resultados	0,00	435.622,91	0,00	435.622,91	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.773.813,75</b>	<b>9.761.373,66</b>	<b>10.040.133,24</b>	<b>2.665.566,56</b>	<b>28.909.754,09</b>

A variação dos prémios não adquiridos no seguro directo e no resseguro cedido, e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro directo, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso, são apresentadas na rubrica de "Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas".

Os Anexos 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, explicitam os reajustamentos efectuados nos exercícios de 2009 e de 2008, respectivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1 e 3.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro directo do exercício e do exercício anterior, respectivamente.

#### 4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

##### A) OBJECTIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E OS MÉTODOS USADOS PARA GERIR ESSES RISCOS

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada de todos e cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objectivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respectivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Planeamento e Controlo Organizacional, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro-objectivos traçados pelo órgão de

gestão (crescimento, contenção de custos, rentabilidade, etc.), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão, as que forem aprovadas são classificadas em projectos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação, conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões, gastos gerais, etc.), assegurando cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às actividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projectos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projectos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projectos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projecto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projecto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projectos é efectuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projecto e por reuniões do Comité de Steering respectivo, cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Planeamento e Controlo Organizacional, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités sectoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa selecção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Selecção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o rating A da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco;
- Minimização de riscos através da sua partilha em regime de co-seguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos;

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar;
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos;

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Planeamento e Controlo Organizacional.

A monitorização dos riscos é efectuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objectivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;

- Comité de sinistros, no qual se efectua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação e dos custos médios e onde se decidem as valorações dos sinistros especiais;

- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

- Comité de riscos, em sede do qual se define as normas de subscrição e respectivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efectua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspectos relevantes:

- Certificação das provisões técnicas por actuários independentes;

- Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o conseqüente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respectivas demonstrações (conta de resultados e balanço), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado, taxa de rentabilidade financeira, etc.), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da empresa, prever a atribuição de remunerações variáveis a todos os colaboradores indexadas ao desempenho relacionado com os aspectos anteriormente citados.

## B) ANÁLISES DE SENSIBILIDADE, CONCENTRAÇÃO E SINISTROS EFECTIVOS / ESTIMADOS SOBRE O RISCO ESPECIFICO DE SEGUROS

### I) SENSIBILIDADE AO RISCO

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, calculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste num horizonte temporal histórico de 5 anos.

Conceito	Antes de Resseguro		Após resseguro	
	2009	2008	2009	2008
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	1,02	1,03	0,81	0,85
Índice de volatilidade do racio combinado	3,3%	3,6%	2,4%	2,3%

### III) CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2009					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.157.688,20	51.854.183,41	4.538.233,70	23.584.711,75	102.134.817,06
Prémios de resseguro cedido	408.250,00	3.183.723,37	3.793.325,56	14.931.367,71	22.316.666,64
% Média de retenção	98%	94%	16%	37%	78%

Exercício de 2008					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.185.245,48	53.562.486,65	7.922.683,96	21.914.869,94	105.585.286,03
Prémios de resseguro cedido	520.552,52	2.385.098,49	6.510.076,07	14.628.993,64	24.044.720,72
% Média de retenção	98%	96%	18%	33%	77%

Em relação a duas outras medidas de concentração –geográfica e de moeda– todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respectivamente.

### III) SINISTROS EFECTIVOS / ESTIMADOS

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efectivos em relação às estimativas.

Exercício de 2009								
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência						
		Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2004 e anteriores	Provisão pendente	18.840	7.901	6.028	4.801	3.512	11.687	
	Pagos acumulados	21.725	33.847	36.719	38.675	38.912	39.775	
	Total custo	40.565	41.748	42.747	43.476	42.425	51.462	
2005	Provisão pendente	25.242	9.278	7.586	3.546	4.388		
	Pagos acumulados	29.923	44.305	47.421	48.793	49.558		
	Total custo	55.165	53.583	55.007	52.338	53.946		
2006	Provisão pendente	33.420	14.788	5.471	6.049			
	Pagos acumulados	34.419	49.414	54.998	56.782			
	Total custo	67.839	64.202	60.469	62.830			
2007	Provisão pendente	31.254	3.858	9.890				
	Pagos acumulados	31.377	49.383	54.746				
	Total custo	62.631	53.241	64.636				
2008	Provisão pendente	64.800	18.793					
	Pagos acumulados	32.884	57.455					
	Total custo	97.683	76.248					
2009	Provisão pendente	31.835						
	Pagos acumulados	35.518						
	Total custo	67.352						
		Ano de Ocorrência						
Conceito		2009	2008	2007	2006	2005	2004 e ant	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro directo - Não vida		31.835	18.793	9.890	6.049	4.388	11.687	82.642

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

Exercício de 2008							
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência					
		Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2003 e anteriores	Provisão pendente	5.189	6.501	4.592	3.428	2.824	8.459
	Pagos acumulados	18.512	27.796	30.502	32.034	32.719	34.747
	Total custo	23.701	34.297	35.094	35.462	35.543	43.206
2004	Provisão pendente	18.840	7.901	6.028	4.801	3.512	
	Pagos acumulados	21.725	33.847	36.719	38.675	38.912	
	Total custo	40.565	41.748	42.747	43.476	42.425	
2005	Provisão pendente	25.242	9.278	7.586	3.546		
	Pagos acumulados	29.923	44.305	47.421	48.793		
	Total custo	55.165	53.583	55.007	52.338		
2006	Provisão pendente	33.420	14.788	5.471			
	Pagos acumulados	34.419	49.414	54.998			
	Total custo	67.839	64.202	60.469			
2007	Provisão pendente	31.254	3.858				
	Pagos acumulados	31.377	49.383				
	Total custo	62.631	53.241				
2008	Provisão pendente	64.800					
	Pagos acumulados	32.884					
	Total custo	97.683					

Conceito	Ano de Ocorrência						
	2008	2007	2006	2005	2004	2003 e ant	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro directo - Não vida	64.800	3.858	5.471	3.546	3.512	8.459	89.645

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

Nota: Os valores apresentados, nos quadros acima não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo acidentes de trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido, da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 20,9% no exercício corrente e a 26,3% no exercício anterior.

O valor de 18.135.393,99 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros" apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Exercício de 2009				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2004 e anteriores	3.711.617,13	618.421,05	353.985,89	4.684.024,07
2005	785.902,32	300.057,47	571.253,31	1.657.213,10
2006	312.943,09	450.200,70	453.915,14	1.217.058,93
2007	1.036.264,18	65.069,35	1.235.563,83	2.336.897,36
2008	485.815,75	0,00	3.077.306,72	3.563.122,47
2009	257.363,48	0,00	4.419.714,58	4.677.078,06
<b>TOTAL</b>	<b>6.589.905,95</b>	<b>1.433.748,57</b>	<b>10.111.739,47</b>	<b>18.135.393,99</b>

Exercício de 2008				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2003 e anteriores	2.608.449,88	612.761,84	226.054,40	3.447.266,12
2004	767.707,92	-24.340,60	-408.310,86	335.056,46
2005	920.976,30	171.988,98	93.255,53	1.186.220,81
2006	254.678,31	257.254,97	194.941,33	706.874,61
2007	487.095,79	303.554,14	1.243.668,73	2.034.318,66
2008	176.652,87	778,74	8.351.788,67	8.529.220,28
<b>TOTAL</b>	<b>5.215.561,07</b>	<b>1.321.998,07</b>	<b>9.701.397,80</b>	<b>16.238.956,94</b>

O valor registado no exercício a título de pagamento de pensões, do ramo de acidente de trabalho, ascendeu a 3.100.232,57 euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Exercício de 2009			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2004 e anteriores	277.165,74	23.089,63	300.255,37
2005	36.001,66	134.915,51	170.917,17
2006	-91.387,18	311.258,38	219.871,20
2007	52.279,94	871.493,19	923.773,13
2008	60.198,27	1.386.664,14	1.446.862,41
2009	14.222,77	24.330,52	38.553,29
<b>TOTAL</b>	<b>348.481,20</b>	<b>2.751.751,37</b>	<b>3.100.232,57</b>

Exercício de 2008			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2003 e anteriores	222.637,01	41.505,43	264.142,44
2004	76.107,27	43.207,06	119.314,33
2005	72.933,23	278.959,01	351.892,24
2006	73.674,02	893.865,97	967.539,99
2007	40.934,95	987.428,51	1.028.363,46
2008	504,45	58.993,90	59.498,35
<b>TOTAL</b>	<b>486.790,93</b>	<b>2.303.959,88</b>	<b>2.790.750,81</b>

### 4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

#### 4.3.1. RISCO DE MERCADO – RISCO CAMBIAL

Este risco é inexistente, uma vez que a companhia tem todas as suas apólices emitidas em Euros.

#### 4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2009	2008
Provisão para sinistros	19.458.596,15	23.373.793,99
Outras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de resseguro cedido	-958.379,76	-2.784.883,01
Dívidas por operações de resseguro cedido	1.618.874,40	269.681,08
<b>TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA</b>	<b>20.119.090,79</b>	<b>20.858.592,06</b>

Esta exposição máxima, encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação Creditícia de Resseguradores	Valor Contabilístico	
	2009	2008
AAA	-1.383,43	-11.318,75
AA	20.314.296,41	20.786.665,38
A	-643,40	37.552,21
BBB	-244.547,47	-7.160,76
Sem qualificação	51.368,68	52.853,98
<b>TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA</b>	<b>20.119.090,79</b>	<b>20.858.592,06</b>

Do valor total em risco, um montante de 1.511.534,13 euros, encontram-se garantidos através do depósito de títulos de rendimento fixo em conta caucionada em favor a MAPFRE SEGUROS GERAIS e um valor de 143.070,57 euros encontram-se garantidos em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao co-seguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Co-Seguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2009	2008
Provisão para sinistros	1.680.137,27	1.464.353,74
Outras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de co-seguro cedido	-1.476.420,11	2.155.185,49
Dívidas por operações de co-seguro cedido	1.201.364,30	-2.340.185,75
<b>TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA</b>	<b>1.405.081,46</b>	<b>1.279.353,48</b>

Não se dispõe à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

#### 4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de tesouraria suficientes.

A 31 de Dezembro de 2009 o saldo de tesouraria era de 4.140.660,40 euros (12.596.262,92 euros no ano anterior) e representava 3% do total de investimentos financeiros e tesouraria (9% em 31 de Dezembro de 2008)

Por outro lado, todos os investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros, encontra-se no quadro seguinte:

Conceito	Exercício de 2009						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Seguro Directo			Saldo Final
				4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão para prémios não adquiridos	14.349	7.857	2.437	599	104	885	26.229
Provisão para sinistros	55.130	30.187	9.362	2.300	398	3.400	100.777
Matemática	9.921	5.432	1.685	414	72	612	18.135
Outras	45.209	24.755	7.678	1.886	326	2.788	82.642
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.356	743	230	57	10	84	2.479
Provisão para riscos em curso	1.371	751	233	57	10	85	2.506
Outras provisões técnicas							0
Dividas por operações de seguro directo	5.979	266	199	133	66	0	6.644
Dividas por operações de resseguro	958						958
<b>TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA</b>	<b>79.143</b>	<b>39.803</b>	<b>12.462</b>	<b>3.145</b>	<b>588</b>	<b>4.454</b>	<b>139.594</b>

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

Conceito	Exercício de 2008						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Seguro Directo			Saldo Final
				4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão para prémios não adquiridos	14.567	7.976	2.474	608	105	898	26.629
Provisão para sinistros	57.923	31.717	9.837	2.416	418	3.573	105.884
Matemática	8.883	4.864	1.509	371	64	548	16.239
Outras	49.040	26.852	8.328	2.046	354	3.025	89.645
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.315	720	223	55	9	81	2.404
Provisão para riscos em curso	403	221	68	17	3	25	737
Outras provisões técnicas							0
Dividas por operações de seguro directo	6.481	288	216	144	72	0	7.201
Dividas por operações de resseguro	2.785						2.785
<b>TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA</b>	<b>83.475</b>	<b>40.922</b>	<b>12.818</b>	<b>3.240</b>	<b>608</b>	<b>4.577</b>	<b>145.639</b>

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

#### 4.3.4. RISCO OPERACIONAL

Anualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskmãp, desenvolvida pelo GRUPO MAPFRE.

Este levantamento incluiu 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: actuarial, jurídica, tecnológica, recursos humanos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta foram seleccionados 68 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, responderam a 466 questionários que foram posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de acção, com o objectivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de Criticidade Associado
<b>GERAL</b>	<b>63,40</b>
Desenvolvimento de produtos	64,20
Emissão	65,80
Sinistros	62,80
Gestão Administrativa	53,70
Actividades Comerciais	63,30
Recursos Humanos	62,80
Comissões	59,70
Co-Seguro / Resseguro	68,20
Provisões Técnicas	57,60
Investimentos	64,10
Sistemas Tecnológicos	71,80
Atendimento ao Cliente	65,40

#### 4.3.5. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos, garantem uma elevada consistência na gestão de risco da companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

##### A) A QUANTIFICAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS

A estimação dos riscos é efectuada através de um modelo standard de factores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projecto Solvência II. Esta estimação efectua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo objectivo que se realize duas vezes.

O GRUPO MAPFRE, possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido, acrescido de uma margem de 10%.

Ao fecho do exercício 2009 a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 323,8%.

##### B) A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE ACÇÃO MITIGADORES DOS RISCOS

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

##### C) O DESENVOLVIMENTO DE PONTOS DE CONTROLO DE RISCOS

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática;

##### D) A IMPLEMENTAÇÃO DE UM AMBIENTE DE GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS NA ORGANIZAÇÃO:

Esta vertente é assegurada, pela divulgação a toda a empresa da quantificação efectuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas acções de formação.

#### 4.5. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos actuariais, efectuados pelo Actuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do bônus-malus (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram pela suficiência das tarifas em todos os ramos, à excepção do ramo de Crédito que, no entanto, representa uma pequena parte da carteira de prémios e foi objecto da introdução de medidas de correcção, a nível tarifário e de subscrição, que já fizeram notar o seu efeito a partir do 2.º semestre de 2009.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objecto de análise actuarial pelo Actuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação, com excepção do Ramo de Crédito que, como referido no paragrafo anterior, se encontram sanadas.

Apresenta-se no ponto 4.2.b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *“pro-rata temporis”*, tendo sido validadas pelo Actuário Responsável através de amostragem.

#### 4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da companhia:

Rubrica	Exercício de 2009				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	71,1%	74,9%	79,8%	153,1%	32,8%
Rácio de custos de exploração	24,3%	23,4%	23,7%	29,5%	25,8%
Rácio combinado	95%	99%	101%	171%	61%
Rácio operacional	90%	92%	97%	158%	58%

\* CALCULADOS BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO

Rubrica	Exercício de 2008				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	75,2%	70,4%	72,6%	187,6%	45,6%
Rácio de custos de exploração	24,2%	23,5%	23,3%	25,8%	26,4%
Rácio combinado	97%	94%	91%	209%	75%
Rácio operacional	94%	86%	89%	205%	73%

\* CALCULADOS BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO

## 6. Instrumentos financeiros

### — Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, acções e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados como “Disponíveis para venda”. Durante o exercício de 2009 não foram efectuadas transferências de activos entre carteiras.



A reconciliação, dos saldos inicial e final dos instrumentos financeiros, encontra-se nos quadros seguintes:

Exercício de 2009				
Rubrica	Titulos de Dívida	Acções e Unid. de Particip.	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor Contabilístico
Saldo inicial	106.544.129,18	13.677.335,89	6.820.483,07	127.041.948,14
Aquisições (a valor aquisição)	117.843.363,00	33.298.296,55		151.141.659,55
Reemb. (a valor aquisição)	2.900.570,45			2.900.570,45
Alienações (a valor aquisição)	106.380.696,85	39.244.416,81		145.625.113,66
Transf. (a valor aquisição)				0,00
Varição do justo valor	1.896.647,27	4.108.674,85		6.005.322,12
Varição do custo amortizado	-77.703,44			-77.703,44
Juros	-161.775,67		-24.682,23	-186.457,90
Outros aumentos			18.984.415,92	18.984.415,92
Outras diminuições			25.780.216,76	25.780.216,76
<b>Saldo final</b>	<b>116.763.393,04</b>	<b>11.839.890,48</b>	<b>0,00</b>	<b>128.603.283,52</b>

Exercício de 2008						
Rubrica	Titulos de Dívida		Acções e Unid. de Particip.		Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor Contabilístico
	Detidos pela Mapfre Gerais	Conc. Empresarial Mapfre CYC	Detidos pela Mapfre Gerais	Conc. Empresarial Mapfre CYC		
Saldo inicial	95.166.110,74	0,00	19.931.873,07	0,00	16.415.791,90	131.513.775,71
Correcções de erros (IAS 8)			-166.082,10			-166.082,10
Alteração pol contab (IAS 8)	-909.312,75					-909.312,75
Saldo inicial alterado	94.256.797,99	0,00	19.765.790,97	0,00	16.415.791,90	130.438.380,86
Aquisições (a valor aquisição)	92.078.530,00	5.636.342,58	8.297.010,52	532.689,00		106.544.572,10
Reemb. (a valor aquisição)	11.313.480,83					11.313.480,83
Alienações (a valor aquisição)	75.417.873,59		8.744.575,03			84.162.448,62
Transf. (a valor aquisição)						0,00
Varição do justo valor	559.505,37		-6.173.579,57			-5.614.074,20
Varição do custo amortizado	105.712,02					105.712,02
Juros	638.595,64				-172.876,34	465.719,30
Outros aumentos					44.096.205,47	44.096.205,47
Outras diminuições					53.518.637,96	53.518.637,96
<b>Saldo final</b>	<b>100.907.786,60</b>	<b>5.636.342,58</b>	<b>13.144.646,89</b>	<b>532.689,00</b>	<b>6.820.483,07</b>	<b>127.041.948,14</b>

O valor de 166.082,16 euros da rubrica "Correcção de erros (IAS8)", apresentado no quadro acima, deriva de um erro na manipulação de dados aquando da contabilização da valorização dos títulos de rendimento variável no exercício de 2007.

6.1. No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Activos financeiros disponíveis para venda".

— Justo valor

6.11. Métodos de apuramento do justo valor

a) No ponto 3.1.3., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia. Detalham-se nos parágrafos seguintes, os procedimentos adoptados com vista à metodologia de determinação do justo valor dos títulos de dívida:

b) Os títulos de rendimento fixo, estão valorizados consoante o processo que abaixo se descreve, à cotação de fecho dos mercados, obtida através da "Bloomberg" ou à cotação encontrada através de um modelo interno:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o spread implícito sobre a curva swap euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detectar se o spread se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao spread médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o spread e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o spread médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa swap adicionada do spread considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, procede-se à análise se estamos perante uma situação consequência de transacções forçadas e onde não exista um mercado activo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um spread "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes spreads são revistos semanalmente;

— Descontando os fluxos do título à taxa swap adicionada do spread “fixo” obtém-se a cotação de valorização do título;

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a circular n.º 11/2008, de 16 de Dezembro, a MAPFRE SEGUROS GERAIS, adopta este processo em virtude do funcionamento actual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0314958044	CAIXANOVA-C.A. VIGO,OURENSE,PO
XSO230243221	BMW US CAPITAL LLC
XSO283290756	DNB NOR BANK ASA
XSO365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO
XSO370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização, com referência aos exercícios de 2009 e 2008:

Exercício de 2009			
Conceito	Justo Valor		
	Cotação em Bolsa	Técnica de Valorização	TOTAL
Activos financeiros disponíveis para venda	126.364.169,80	2.239.113,72	128.603.283,52

Exercício de 2008			
Conceito	Justo Valor		
	Cotação em Bolsa	Técnica de Valorização	TOTAL
Activos financeiros disponíveis para venda	70.487.068,46	49.734.396,61	120.221.465,07

No exercício de 2009 foi reconhecido, em resultados, um montante de 100.685,84 euros de imparidade nos instrumentos financeiros de rendimento variável, de acordo com o seguinte detalhe:

Exercício de 2009			
Tipo de Activo	Valor Contabilístico		
	Aquisição	Justo valor	Imparidade
Activos financeiros disponíveis para venda			
Acções	9.629.821,98	10.323.129,97	33.362,34
Unidades particip fundos invest	1.577.134,19	1.516.760,51	67.323,50
<b>TOTAL</b>	<b>11.206.956,17</b>	<b>11.839.890,48</b>	<b>100.685,84</b>

No quadro seguinte mostra-se o detalhe dos investimentos financeiros detidos pela companhia à data de encerramento do exercício e do exercício anterior:

Exercício de 2009					
Tipo de Activo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	124.483.882,76	-187.579,48	2.179.774,20	2.127.206,04	128.603.283,52
Acções	9.629.821,98		693.307,99		10.323.129,97
Unidades particip fundos invest	1.577.134,19		-60.373,68		1.516.760,51
Titulos de dívida pública	44.621.297,68	-23.562,42	641,59	562.632,22	45.161.009,07
Titulos de outros emissores	68.655.628,91	-164.017,06	1.546.198,30	1.564.573,82	71.602.383,97
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>124.483.882,76</b>	<b>-187.579,48</b>	<b>2.179.774,20</b>	<b>2.127.206,04</b>	<b>128.603.283,52</b>

Exercício de 2008					
Tipo de Activo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	121.867.907,32	-109.876,04	-3.825.547,92	2.288.981,71	120.221.465,07
Acções	13.161.018,59		-2.826.346,89		10.334.671,70
Unidades particip fundos invest	3.992.057,84		-649.393,65		3.342.664,19
Titulos de dívida pública	38.606.149,12	35.926,29	-227.272,86	816.098,12	39.230.900,67
Titulos de outros emissores	66.108.681,77	-145.802,33	-122.534,52	1.472.883,59	67.313.228,51
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.795.800,84	0,00	0,00	24.682,23	6.820.483,07
Outros depósitos	6.795.800,84			24.682,23	6.820.483,07
<b>TOTAL</b>	<b>128.663.708,16</b>	<b>-109.876,04</b>	<b>-3.825.547,92</b>	<b>2.313.663,94</b>	<b>127.041.948,14</b>

— Contabilidade de cobertura

No exercício de 2009, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura

— Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

6.16. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a MAPFRE baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

Não obstante, assume um certo grau de risco de mercado, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos activos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de actividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.17. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2009					
Classificação Creditícia dos Emissores	Estado	Valor Mercado			Total
		Bancos e Instituições Financeiras	Seguradoras	Outros	
AAA	12.872.538,48	21.730.975,14	2.588.652,41	0,00	37.192.166,03
AA	13.596.095,37	18.272.165,64	573.834,09	7.131.588,71	39.573.683,81
A	22.493.538,48	4.462.332,70	0,00	8.534.729,54	35.490.600,72
BBB	1.243.697,84	695.535,59	0,00	2.567.709,05	4.506.942,48
BB ou menor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.205.870,17</b>	<b>45.161.009,07</b>	<b>3.162.486,50</b>	<b>18.234.027,30</b>	<b>116.763.393,04</b>

Exercício de 2008					
Classificação Creditícia dos Emissores	Estado	Valor Mercado			Total
		Bancos e Instituições Financeiras	Seguradoras	Outros	
AAA	18.951.396,25	10.403.109,35	0,00	5.272.435,22	34.626.940,82
AA	13.521.437,01	13.292.927,29	412.267,51	5.144.183,17	32.370.814,98
A	5.361.855,17	13.477.026,01	0,00	16.914.858,80	35.753.739,98
BBB	580.114,12	823.622,31	0,00	99.915,26	1.503.651,69
BB ou menor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>38.414.802,55</b>	<b>37.996.684,96</b>	<b>412.267,51</b>	<b>27.431.392,45</b>	<b>104.255.147,47</b>

Os instrumentos financeiros encontram-se classificados de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2009			
Tipo de activo	Valor Contabilístico		Total
	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e contas a receber	
Acções	10.323.129,97		10.323.129,97
Unidades particip fundos invest	1.516.760,51		1.516.760,51
Titulos de dívida pública	45.161.009,07		45.161.009,07
Titulos de outros emissores	71.602.383,97		71.602.383,97
Outros depósitos		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>128.603.283,52</b>	<b>0,00</b>	<b>128.603.283,52</b>

Exercício de 2008			
Tipo de activo	Valor Contabilístico		Total
	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e contas a receber	
Acções	10.334.671,70		10.334.671,70
Unidades particip fundos invest	3.342.664,19		3.342.664,19
Titulos de dívida pública	39.230.900,67		39.230.900,67
Titulos de outros emissores	67.313.228,51		67.313.228,51
Outros depósitos		6.820.483,07	6.820.483,07
<b>TOTAL</b>	<b>120.221.465,07</b>	<b>6.820.483,07</b>	<b>127.041.948,14</b>

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para valores de rendimento fixo, e o VaR (valor em risco) para o rendimento variável.

No quadro abaixo detalha-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2009									
Tipo de activo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	116.763	5.582	13.721	14.021	14.437	31.120	37.882	3,346	4,201
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *									
<b>TOTAL</b>	<b>116.763</b>	<b>5.582</b>	<b>13.721</b>	<b>14.021</b>	<b>14.437</b>	<b>31.120</b>	<b>37.882</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(Valores expressos em milhares de euros)

\* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

Exercício de 2008									
Tipo de activo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	104.255	8.463	12.875	13.744	9.847	8.827	50.499	4,525	4,706
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *	6.796								
<b>TOTAL</b>	<b>111.051</b>	<b>8.463</b>	<b>12.875</b>	<b>13.744</b>	<b>9.847</b>	<b>8.827</b>	<b>50.499</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(Valores expressos em milhares de euros)

\* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

A duração modificada, reflecte a sensibilidade do valor dos activos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos activos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2009					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Acções	Unidades partcip fundos invest	Titulos de dívida	Outros depósitos	TOTAL
Euro	9.404.010,44	1.516.760,51	116.763.393,04	0,00	127.684.163,99
Franco Suíço	919.119,53				919.119,53
<b>TOTAL</b>	<b>10.323.129,97</b>	<b>1.516.760,51</b>	<b>116.763.393,04</b>	<b>0,00</b>	<b>128.603.283,52</b>

Exercício de 2008					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Acções	Unidades partcip fundos invest	Titulos de dívida	Outros depósitos	TOTAL
Euro	9.651.860,52	3.342.664,19	106.544.129,18	6.820.483,07	126.359.136,96
Franco Suíço	682.811,18				682.811,18
<b>TOTAL</b>	<b>10.334.671,70</b>	<b>3.342.664,19</b>	<b>106.544.129,18</b>	<b>6.820.483,07</b>	<b>127.041.948,14</b>

O seguinte quadro, reflecte o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Exercício de 2009		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VAR
Instrumentos de Rendimento Variável	11,84	5,795
<b>TOTAL</b>	<b>11,84</b>	<b>5,795</b>

(Valores expressos em milhões de euros)

Exercício de 2008		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VAR
Instrumentos de Rendimento Variável	13,68	6,087
<b>TOTAL</b>	<b>13,68</b>	<b>6,087</b>

(Valores expressos em milhões de euros)

## 7. Investimentos em filiais e associadas

7.1. Em 31 de Dezembro de 2009 a Companhia tinha registado na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos o valor de 22.492.500,00 euros relativos à participação (99,9%) no capital da sociedade MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A., pelo montante de 7.492.500,00 euros (sete milhões quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos euros), sociedade que vai iniciar a sua actividade em 1 de Janeiro de 2010, e 15.000.000,00 euros relativo ao preço contratado na compra de 50% do Capital da Finibanco Vida, S.A.

7.2. As partes de Capital em empresas associadas e subsidiárias encontram-se registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Para maior informação sobre os Investimentos em filiais e associadas vide Nota 33 abaixo.

## 8. Caixa e equivalente e depósitos à ordem

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldo zero, porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento do período, conforme descrito no ponto 3.1.1.

Componentes de Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	2009	2008
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	4.140.660,40	12.596.262,92
Outros activos financeiros	0,00	0,00
<b>Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4.140.660,40</b>	<b>12.596.262,92</b>

## 9. Terrenos e edifícios

9.1. O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

9.2 Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, na rubrica terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., e foram adquiridos para uso próprio, com o objectivo de ampliar a rede de balcões da Companhia.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão directo, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

### — Modelo do custo

9.6. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na nota 3.

9.7. Apresentamos no quadro abaixo, os valores brutos e as respectivas depreciações e imparidades no início e no final do período.

Exercício de 2009			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.302.097,47	3.439.221,71	16.862.875,76
Saldo final	20.307.665,83	4.004.290,42	16.303.375,41

Exercício de 2008			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	19.780.385,93	2.857.233,75	16.923.152,18
Saldo final	<b>20.302.097,47</b>	<b>3.439.221,71</b>	<b>16.862.875,76</b>

9.8. Demonstra-se nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores, no início e no fim do período, para o exercício de 2009 e 2008:

Exercício de 2009			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
<b>Valor de Aquisição</b>			
Saldo inicial	19.840.876,09	461.221,38	20.302.097,47
Aquisições	458.707,50	0,00	458.707,50
Beneficiações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-194.890,55	194.890,55	0,00
Alienações	-326.779,14	0,00	-326.779,14
Edifícios em curso	-126.360,00		-126.360,00
Saldo final	19.651.553,90	656.111,93	20.307.665,83
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Saldo inicial	3.056.712,92	81.692,64	3.138.405,56
Depreciações	300.684,68	7.867,18	308.551,86
Transferências	-41.834,04	41.834,04	0,00
Alienações	-71.605,49	0,00	-71.605,49
Saldo final	3.243.958,07	131.393,86	3.375.351,93
<b>Imparidades</b>			
Saldo inicial	300.816,15		300.816,15
Movimento do ano	328.122,34		328.122,34
Transferências	-7.852,54	7.852,54	0,00
Saldo final	621.085,95	7.852,54	628.938,49
<b>Valor Líquido</b>			
Saldo inicial	16.483.347,02	379.528,74	16.862.875,76
Saldo final	15.786.509,88	516.865,53	16.303.375,41

Exercício de 2008				
Rubrica	De Uso Próprio		De Rendimento	Total
	Detidos pela MAPFRE Gerais	Concentração Empresarial MAPFRE CYC		
<b>Valor de Aquisição</b>				
Saldo inicial	20.874.107,87	0,00	2.515.849,75	23.389.957,62
Correcções de erros (IAS 8)	1.385,72		0,00	1.385,72
Alteração pol contab (IAS 8)	-3.067.925,93		-543.031,48	-3.610.957,41
Saldo inicial alterado	17.807.567,66	0,00	1.972.818,27	19.780.385,93
Aquisições	92.702,77	267.000,00		359.702,77
Beneficiações	910,88		197,92	1.108,80
Transferências	1.839.225,05		-1.511.794,81	327.430,24
Alienações	-224.121,91			-224.121,91
Edifícios em curso	57.591,64			57.591,64
Saldo final	19.573.876,09	267.000,00	461.221,38	20.302.097,47
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Correcções de erros (IAS 8)	0,00		0,00	0,00
Alteração pol contab (IAS 8)	2.586.704,02		270.529,73	2.857.233,75
Saldo inicial alterado	2.586.704,02	0,00	270.529,73	2.857.233,75
Depreciações	289.924,56		22.328,99	312.253,55
Transferências	211.166,08		-211.166,08	0,00
Alienações	-31.081,74			-31.081,74
Saldo final	3.056.712,92	0,00	81.692,64	3.138.405,56
Imparidades	300.816,15			300.816,15
<b>Valor Líquido</b>				
Saldo inicial	20.874.107,87	0,00	2.515.849,75	23.389.957,62
Saldo final	16.216.347,02	267.000,00	379.528,74	16.862.875,76

O valor de 1.385,72 euros da rubrica "Correcção de erros (IAS8)", apresentado no quadro acima, teve origem numa recuperação de mais-valias, superior ao devido, naquele montante, no processo de contabilização da venda de um edifício no exercício de 2007.

9.9 O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base, avaliações e pareceres efectuados por peritos avaliadores em referência a 31 de Dezembro de 2009.

Exercício de 2009				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	19.651.553,90	3.865.044,02	15.786.509,88	20.806.200,00
De rendimento	656.111,93	139.246,40	516.865,53	721.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.307.665,83</b>	<b>4.004.290,42</b>	<b>16.303.375,41</b>	<b>21.527.200,00</b>

Exercício de 2008				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	19.840.876,09	3.357.529,07	16.483.347,02	21.565.200,00
De rendimento	461.221,38	81.692,64	379.528,74	532.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.302.097,47</b>	<b>3.439.221,71</b>	<b>16.862.875,76</b>	<b>22.097.200,00</b>

— Terrenos e edifícios de rendimento

9.16. A Companhia não possui, à data de 31 de Dezembro de 2009, terrenos e edifícios no regime de locação operacional.

9.17. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Exercício de 2009		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Directos (incl. Repar. e Manut.)
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	1.688,00	248,64
Edifício - Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3º, Aptº 231 - Estoril	19.513,60	112,20
Edifício - Praça do Município, r/c-B - Agueda	4.000,00	346,56
Edifício - Av. Paulo VI - Rio Maior	5.268,00	158,73
<b>TOTAL</b>	<b>30.469,60</b>	<b>866,13</b>

Exercício de 2008		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Directos (incl. Repar. e Manut.)
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	2.489,84	248,64
<b>TOTAL</b>	<b>2.489,84</b>	<b>248,64</b>

9.18. À data de 31 de Dezembro de 2009, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

9.19. A companhia não dispõe de casos, em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

— Terrenos e edifícios de uso próprio

9.20. Em referência a 31 de Dezembro de 2009 não existem activos dados como garantia de passivos.

9.21. As quantias relativas a dispêndios com activos no decurso da sua construção, estão totalmente escrituradas na rubrica "Edifícios em Curso" até à data da sua conclusão.

9.22. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2009, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.23. A companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

## 10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

Conforme descrito na nota 3, os activos tangíveis, excepto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos activos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	N.º ANOS
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outro equipamento	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2009.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efectuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Outros Activos Tangíveis	Exercício de 2009					Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	
Equipamento						
Equipamento administrativo	271.052,89	43.419,82	-5.973,66	0,00	61.788,95	246.710,10
Máquinas e ferramentas	82.680,28	5.864,60	-5.306,69	0,00	22.419,89	60.818,30
Equipamento informático	84.867,07	22.927,37	-24.967,51	0,00	45.862,62	36.964,31
Instalações interiores	276.963,30	37.793,83	0,00	0,00	70.250,40	244.506,73
Outro equipamento	161.176,74	14.280,01	-2.421,11	0,00	36.166,97	136.868,67
Outros activos tangíveis	419.230,11	0,00	0,00	0,00	48.966,35	370.263,76
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Activos tangíveis em curso	60.146,54	452.028,49	-189.801,74	0,00	0,00	322.373,29
<b>TOTAL</b>	<b>1.362.186,95</b>	<b>576.314,12</b>	<b>-228.470,71</b>	<b>0,00</b>	<b>285.455,18</b>	<b>1.424.575,18</b>

Outros Activos Tangíveis	Exercício de 2008						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Concentração Empresarial MAPFRE CYC	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	
Equipamento							
Equipamento administrativo	211.903,81	11.469,26	139.879,53	-538,85	0,00	91.660,86	271.052,89
Máquinas e ferramentas	75.855,45	3.535,77	35.401,92	-363,53	0,00	31.749,33	82.680,28
Equipamento informático	193.962,16	20.155,09	576,00	0,00	0,00	129.826,18	84.867,07
Instalações interiores	317.735,05		34.202,73	0,00	0,00	74.974,48	276.963,30
Outro equipamento	180.671,54		18.261,77	0,00	0,00	37.756,57	161.176,74
Outros activos tangíveis	28.352,82		0,00	412.555,02	0,00	21.677,73	419.230,11
Património artístico	6.070,02		0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Activos tangíveis em curso	94.179,99		488.848,48	-522.881,93	0,00	0,00	60.146,54
<b>TOTAL</b>	<b>1.108.730,84</b>	<b>35.160,12</b>	<b>717.170,43</b>	<b>-111.229,29</b>	<b>0,00</b>	<b>387.645,15</b>	<b>1.362.186,95</b>

A companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes activos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias dispendidas no decurso da construção dos activos, encontram-se escrituradas na rubrica "Activos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros activos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)" em imparidade ou cedido.

### *11. Afectação dos investimentos e outros activos*

Os investimentos e os outros activos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:



Exercício de 2009					
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos
Caixa e equivalentes				4.140.660,40	
Terrenos e edifícios				16.297.870,41	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos financeiros disponíveis para venda				128.603.283,52	
Empréstimos concedidos e contas a receber				0,00	
Investimentos a deter até à maturidade					
Outros activos tangíveis				219.226,37	
Outros activos				6.008.213,38	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>155.269.254,08</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2009					
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos
Caixa e equivalentes				12.596.262,92	
Terrenos e edifícios				16.731.010,76	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos financeiros disponíveis para venda				120.221.465,07	
Empréstimos concedidos e contas a receber				6.820.483,07	
Investimentos a deter até à maturidade					
Outros activos tangíveis				259.194,08	
Outros activos				5.952.924,18	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>162.581.340,08</b>	<b>0,00</b>

## 12. Activos intangíveis

12.1. O modelo de valorização aplicado aos Activos Intangíveis é o modelo do custo

12.3. As despesas com aplicações informáticas, são o único tipo de activo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do activo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efectuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2009						
Outros Activos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	594.353,62	225.498,62			392.844,30	427.007,94
<b>TOTAL</b>	<b>594.353,62</b>	<b>225.498,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>392.844,30</b>	<b>427.007,94</b>

Exercício de 2008							
Outros Activos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Concentração Empresarial MAPFRE CYC	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	678.881,16	10.119,69	91.657,83	335.995,84	0,00	522.300,90	594.353,62
<b>TOTAL</b>	<b>678.881,16</b>	<b>10.119,69</b>	<b>91.657,83</b>	<b>335.995,84</b>	<b>0,00</b>	<b>522.300,90</b>	<b>594.353,62</b>

### 13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2009				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	3.021.492,95	0,00	717.315,97	2.304.176,98
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	293.391,39	219.355,52	0,00	512.746,91
Outras Provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2008					
Rubrica	Saldo Inicial	Conc. Empresarial Mapfre CYC	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	2.646.147,54		258.260,98	117.084,43	3.021.492,95
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De outros devedores	215.754,39		9.798,03	67.838,97	293.391,39
Outras Provisões					
Impostos	1.249.473,98		0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	89.783,62		0,00	89.783,62	0,00

13.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios, estimou igualmente o impacto que teria nas suas contas, a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

Em provisão para impostos, está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direcção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios e de mora, no montante de 1.225.686,88 euros.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados em

2006, em resultado da fiscalização efectuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela MAPFRE.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efectiva.

## 14. Prémios de contratos de seguro

14.1. A MAPFRE SEGUROS GERAIS encerrou o exercício de 2009, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro directo, o valor de 102.134.817,06.

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior, são totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas.

## 15. Comissões de contratos de seguro

15.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adoptados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício de 2009 foi de € 9.695.227,86, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2:

Exercício de 2009					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.022.994,30	4.782.716,17	241.394,61	2.648.122,78	9.695.227,86

Exercício de 2008					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.005.585,77	4.838.715,46	452.027,72	2.324.229,76	9.620.558,71

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (profit commissions), que ascenderam no exercício de 2009 a 563.187,15 euros e no exercício de 2008 a 1.229.448,37 euros.

## 16. Rendimentos e gastos financeiros

16.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3.

16.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

16.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efectivo.

Exercício de 2009			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
De activos disponíveis para venda	5.399.456,50	0,00	5.399.456,50
de juros de títulos de dívida	4.824.126,53		4.824.126,53
dividendos de acções	505.594,36		505.594,36
rendimento custo amortizado	69.735,61		69.735,61
De outros	209.532,18	30.469,60	240.001,78
de juros de depósitos em bancos	209.532,18		209.532,18
de rendas de edifícios de rendimento		30.469,60	30.469,60
<b>TOTAL</b>	<b>5.608.988,68</b>	<b>30.469,60</b>	<b>5.639.458,28</b>

Exercício de 2008			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
De activos disponíveis para venda	5.729.429,58	0,00	5.729.429,58
de juros de títulos de dívida	4.871.770,28		4.871.770,28
dividendos de acções	661.511,90		661.511,90
rendimento custo amortizado	196.147,40		196.147,40
De outros	1.065.215,02	2.489,84	1.067.704,86
de juros de depósitos em bancos	1.065.215,02		1.065.215,02
de rendas de edifícios de rendimento		2.489,84	2.489,84
<b>TOTAL</b>	<b>6.794.644,60</b>	<b>2.489,84</b>	<b>6.797.134,44</b>

## 16.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efectivo.

Exercício de 2009			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Directos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	574.831,12		574.831,12
Gasto custo amortizado		146.240,11	146.240,11
<b>TOTAL</b>	<b>574.831,12</b>	<b>146.240,11</b>	<b>721.071,23</b>

Exercício de 2008			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Directos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	522.690,41		522.690,41
Gasto custo amortizado		249.916,77	249.916,77
<b>TOTAL</b>	<b>522.690,41</b>	<b>249.916,77</b>	<b>772.607,18</b>

## 17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor negativo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2009			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho Líquido
De activos disponíveis para venda	2.538.889,25	2.396.532,13	142.357,12
de títulos de dívida	2.226.987,93	770.324,99	1.456.662,94
de acções	139.183,37	1.336.282,95	-1.197.099,58
de Fundos de investimento	172.717,95	289.924,19	-117.206,24
De outros	144.826,35	0,00	144.826,35
de terrenos e edifícios	144.826,35		144.826,35
<b>TOTAL</b>	<b>2.683.715,60</b>	<b>2.396.532,13</b>	<b>287.183,47</b>

Exercício de 2008			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho Líquido
De activos disponíveis para venda	1.338.959,10	2.752.446,32	-1.413.487,22
de títulos de dívida	608.420,92	659.478,18	-51.057,26
de acções	487.464,41	2.092.968,14	-1.605.503,73
de Fundos de investimento	243.073,77		243.073,77
De outros	11.385,72	4.540,17	6.845,55
de terrenos e edifícios	11.385,72	4.540,17	6.845,55
<b>TOTAL</b>	<b>1.350.344,82</b>	<b>2.756.986,49</b>	<b>-1.406.641,67</b>

## 18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Não aplicável.

## 19. Ganhos e perdas em diferenças de cambio

Não aplicável.

## 20. Custos de financiamento

Não aplicável.

## 21. Gastos diversos por função e natureza

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

### A) IMPUTAÇÃO DE CUSTOS PELAS VÁRIAS ÁREAS FUNCIONAIS

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respectivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;

— Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área;

— A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

### B) IMPUTAÇÃO DE CUSTOS POR FUNÇÕES AOS DIVERSOS RAMOS

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efectuada da seguinte forma:

— Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;

— Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices;

— Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25%, com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos por natureza por grandes rubricas, assim como a sua afectação às diversas funções:

Exercício de 2009				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.245.417,72	7.246.615,36	141.897,46	10.633.930,54
Fornecimentos e serviços externos	2.012.730,73	5.398.548,96	80.727,44	7.492.007,13
Impostos e taxas	206.380,26	470.400,31	7.689,04	684.469,61
Amortizações do exercício	311.613,56	699.554,42	12.725,11	1.023.893,09
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	27.423,19	27.423,19
Comissões	0,00	0,00	304.368,88	304.368,88
<b>TOTAL</b>	<b>5.776.142,27</b>	<b>13.815.119,05</b>	<b>574.831,12</b>	<b>20.166.092,44</b>

Exercício de 2008				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.411.890,17	7.083.672,53	108.264,74	10.603.827,44
Fornecimentos e serviços externos	2.394.713,50	5.625.262,53	76.494,43	8.096.470,46
Impostos e taxas	219.191,54	452.421,95	7.024,96	678.638,45
Amortizações do exercício	394.037,32	816.284,67	11.877,61	1.222.199,60
Outras provisões	-29.021,68	-60.117,39	-644,55	-89.783,62
Juros suportados	0,00	0,00	76.255,21	76.255,21
Comissões	0,00	0,00	243.418,01	243.418,01
<b>TOTAL</b>	<b>6.390.810,85</b>	<b>13.917.524,29</b>	<b>522.690,41</b>	<b>20.831.025,55</b>

## 22. Gastos com pessoal

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 303 menos 13 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores, encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Director-Geral	1						
Director-Coordenador	4						
Director de Serviços	15						
		Chefe de Serviços	13	Coordenador Geral de Serviços Comerciais	3	Chefe de Centro	0
		Chefe de Serviços de Formação	1				
		Chefe de Serviços de Análise de Riscos	1				
						Analista Sénior	4
						Chefe de exploração	1
		Chefe de Secção	15	Coordenador de Zona/Delegações	3	Analista Programador	4
				Gerente de Delegação	30	Chefe de Operação	1
						Programador Sénior	2
		Subchefe de Secção	20	Assistente Comercial	12	Programador	6
		Perito-Subchefe	3	Chefe de Equipa	2		
		Escriturário	97	Técnico Comercial	35		
		Perito	8				
		Regularizador de Sinistros	15				
		Escriturário Estagiário	5	Estagiário Comercial	0	Operador	2

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2009, num total de 10.633.930,54 euros, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2009	2008
Remunerações	7.982.597,58	8.006.093,20
- Dos órgãos sociais	133.004,00	71.568,00
- Do pessoal	7.849.593,58	7.934.525,20
Encargos sobre remunerações	1.742.163,50	1.703.012,31
Benefícios pós-emprego	67.839,35	182.722,19
- Planos de contribuição definida	0,00	0,00
- Planos de benefícios definidos	67.839,35	182.722,19
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cesação de emprego	263.403,09	68.620,31
Seguros obrigatórios	245.379,28	221.910,08
Gastos de acção social	32.448,10	36.675,91
Outros gastos com o pessoal	300.099,64	384.793,44
<b>TOTAL</b>	<b>10.633.930,54</b>	<b>10.603.827,44</b>

22.3. A companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

## 23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.2. Plano de benefícios definidos

A) POLÍTICA CONTABILÍSTICA

No ponto 3.1.8., são descritas as políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

B) DESCRIÇÃO GERAL DO PLANO

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE SEGUROS GERAIS, que se encontra nas condições previstas no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na actividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2009, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 176, entre pessoas que fazem parte do quadro da empresa e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Colectivo da Actividade Seguradora, a companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$  em que:

- R = último salário efectivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social
- t = anos de serviço na actividade seguradora
- $0,5 > = 0,022 * t < = 0,8$
- $0,3 > = 0,022 * n < = 0,8$

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na actividade seguradora e qualquer fracção de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo, que estas responsabilidades são de difícil estimação e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades, conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário

Anual Renovável realizada na MAPFRE VIDA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada.

### C) VEÍCULO DE FINANCIAMENTO UTILIZADO

As responsabilidades da MAPFRE SEGUROS GERAIS no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no activo sejam relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, efectuadas através da MAPFRE VIDA, SA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no activo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

### D) VALOR E TAXA DE RENTABILIDADE EFECTIVA DOS ACTIVOS DO PLANO

O valor dos activos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2009				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor activos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	54.445,03
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	4.738,45
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	140.822,63
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	34.689,74
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	148.483,39
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.047,70
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	126.793,16
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	361.232,21
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	68.775,11
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	208.445,11
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.517,76
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	377.929,74
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	99.056,94
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	145.289,52
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	111.019,04
	Total apólices capital diferido			2.110.285,53
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	18.014,59
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.196,74
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	62.657,30
	Total apólices renda vitalícia			93.868,63
	Total apólices			2.204.154,16

Exercício de 2008				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor activos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	52.399,72
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	4.560,73
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	137.667,51
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	34.005,18
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	145.500,94
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.885,15
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	123.224,62
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	383.920,84
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	70.099,37
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	205.287,64
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.482,39
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	372.019,61
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	98.225,48
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	142.824,14
	Total apólices capital diferido			1.998.103,32
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	18.365,55
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM 80	13.561,88
	Total apólices renda vitalícia			31.927,43
	Total apólices			2.030.030,75

### E) RESPONSABILIDADE PASSADA

Responsabilidade passada		
Conceito	2009	2008
Valor actual serviços passados - pessoal no activo	1.634.451,38	1.612.523,88
Valor actual serviços passados - reformados	93.868,63	31.927,43
<b>TOTAL</b>	<b>1.728.320,01</b>	<b>1.644.451,31</b>

### F) RECONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE ABERTURA E FECHO DO VALOR ACTUAL DAS OBRIGAÇÕES

Responsabilidades com pessoal no activo		
Conceito	2009	2008
Valor responsabilidades Janeiro	1.612.523,88	909.896,27
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	0,00	192.416,88
Custo serviço corrente	46.246,61	98.926,29
Custo dos juros	59.985,89	51.037,10
Ganhos actuariais	-84.305,00	0,00
Perdas actuariais	0,00	360.247,34
Valor responsabilidades Dezembro	1.634.451,38	1.612.523,88

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2009	2008
Valor responsabilidades Janeiro	31.927,43	32.633,99
Custo dos juros	2.423,04	851,81
Perda actuarial	63.116,20	711,87
Prestações pagas	-3.598,04	-2.270,24
Valor responsabilidades Dezembro	93.868,63	31.927,43

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2009	2008
Valor responsabilidades Janeiro	1.644.451,31	942.530,26
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	0,00	192.416,88
Custo serviço corrente	46.246,61	98.926,29
Custo dos juros	62.408,93	51.888,91
Ganhos actuariais	-21.188,80	0,00
Perdas actuariais		360.959,21
Prestações pagas	-3.598,04	-2.270,24
Valor responsabilidades Dezembro	1.728.320,01	1.644.451,31

#### G) ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO EM PLANOS QUE NÃO TEM FINANCIAMENTO

No caso da MAPFRE SEGUROS GERAIS, a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

#### H) RECONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE ABERTURA E FECHO DO JUSTO VALOR DOS ACTIVOS

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos activos:

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2009	2008
Valor activos Janeiro	1.998.103,35	1.540.246,30
Entrada pessoal MAPFRE CAUCIÓN	0,00	372.899,00
Contribuições empresa	111.019,04	142.824,14
Retorno activos	1.163,14	0,00
Ganhos actuariais	0,00	0,00
Perdas actuariais	0,00	-57.866,09
Valor activos Dezembro	2.110.285,53	1.998.103,35

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2009	2008
Valor activos Janeiro	31.927,43	32.633,99
Retorno activos	65.539,24	851,81
Perda actuarial	0,00	711,87
Prestações pagas	-3.598,04	-2.270,24
Valor activos Dezembro	93.868,63	31.927,43

Total de activos		
Conceito	2009	2008
Valor activos Janeiro	2.030.030,78	1.572.880,29
Entrada pessoal MAPFRE CAUCIÓN	0,00	372.899,00
Contribuições da empresa	111.019,04	142.824,14
Retorno activos	66.702,38	851,81
Ganhos actuariais	0,00	0,00
Perdas actuariais	0,00	-57.154,22
Prestações pagas	-3.598,04	-2.270,24
Valor activos Dezembro	2.204.154,16	2.030.030,78

#### I) RECONCILIAÇÃO DO VALOR DA OBRIGAÇÃO E DO JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DO PLANO

A totalidade dos activos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE SEGUROS GERAIS, descritos nas alíneas f) e h), anteriores são

relevados no balanço na linha de “Activos por benefícios pós-emprego” e outro benefícios de longo prazo e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outro benefícios de longo prazo”.

#### J) GASTO TOTAL RECONHECIDO NA CONTA DE GANHOS E PERDAS

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2009	2008
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	0,00	192.416,88
Apólices pessoal Mapfre Caución	0,00	-372.899,00
Custo serviço corrente	46.246,61	98.926,29
Custo dos juros	62.408,93	51.888,91
Retorno activos	-66.702,38	-851,81
Ganhos actuariais	-21.188,80	57.866,09
Perdas actuariais		360.247,34
<b>TOTAL</b>	<b>20.764,36</b>	<b>387.594,70</b>

#### K) QUANTIAS RECONHECIDAS EM GANHOS E PERDAS

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

#### L) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS USADOS

O cálculo da responsabilidade, foi efectuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização actuarial “Unit Credit” ou Método da Unidade de Crédito Projectada.
- Hipóteses actuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor actual das responsabilidades à data de 31/12/2009 de 3,9%.

Esta taxa foi obtida, estimando os fluxos prováveis de uma renda vitalícia, diferida aos 65 anos, a estes fluxos aplicou-se a taxa de juro swap euro (taxa isenta de risco) de 09/12/2009, obtendo-se a Taxa Interna de Rentabilidade de 3,9% anual.

Nos anos anteriores, as taxas de juro aplicadas foram de 3,72% à data de 31/12/2008 e de 4,63% à data de 21/12/2007.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da empresa de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no sector segurador anterior a 22 de Junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Colectivo de Trabalho.

— Para os trabalhadores que pertencem ao quadro de pessoal, à data de 31/12/2009, a empresa cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na empresa até aos 65 anos.

— Para os trabalhadores que prestaram serviço na empresa mas já não pertencem ao quadro de pessoal à data de 31/12/2009, a empresa cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no sector até aos 65 anos.

— Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como activos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da empresa, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60)$$

em que,

- P = Prestação a pagar pela empresa

- R= último salário efectivo no momento da reforma

- N= número de anos de contribuição para a Segurança Social

- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10

-  $0,3 > 0,022 * N <= 0,8$

— Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na actividade seguradora

— Qualquer fracção de ano conta como um ano completo

— Actualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa actualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

— Valor actual das responsabilidades

Corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método "Unit Credit", obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na empresa até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31/12/2009, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efectuou-se a actualização actuarial e financeira desse capital à data de 31/12/2009.

— Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor actual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

— Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,72% anual) pelo valor actual das responsabilidades existente a 31/12/2009 e corresponde ao incremento do valor actual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

## M) QUANTIAS DO PERÍODO CORRENTE E DOS DOIS PERÍODOS ANUAIS ANTERIORES

Conceito	2009	2008	2007
Valor das responsabilidades	1.728.320,01	1.644.451,31	942.530,26
Valor dos activos	2.204.154,16	2.030.030,75	1.572.880,29
Excesso/(Insuficiencia)	475.834,15	385.579,44	630.350,03
Ganhos/(Perdas) actuariais das responsabilidades	21.188,80	-360.959,21	220.588,60
% sobre responsabilidades	1,23%	-21,95%	23,40%
Ganhos/(Perdas) actuariais dos activos	0,00	57.154,25	0,00
% sobre activos	0,00%	2,82%	0,00%

Os ganhos e perdas actuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

N) NÃO SE APLICA

O) ESTIMATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DO PRÓXIMO ANO

O valor estimado da contribuição, para o plano a realizar no ano 2010, é de aproximadamente 100.000 euros.

## 24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:



<b>Demonstração do Gasto por Imposto</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Gasto por imposto</b>		
Resultado antes de imposto	4.447.848,92	5.993.446,46
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido	-668.670,30	-560.458,41
Amortizações acumuladas de edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Art.º 2 n.º 12	-517.340,80	-517.340,80
Amortizações acumuladas de edifícios de rendimento à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Art.º 2 n.º 12	-108.211,89	
Custo amortizado dos títulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Art.º 2 n.º 12	-43.117,61	-43.117,61
<b>25% do resultado antes de impostos</b>	<b>944.794,66</b>	<b>1.358.247,01</b>
Amortização de imoveis de rendimento	0,00	5.582,25
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	54.838,88	16.959,74
Multas, coimas e juros compensatorios	8.925,96	5.866,28
Importâncias devidas p/ aluguer de viaturas s/ condutor (artº 42, nº1, alínea h)	755,07	1.222,95
Custos e proveitos extraordinários	20.480,60	88.242,31
Perdas actuariais de responsabilidades pensões de reforma	0,00	90.239,80
Premio pago ao seguro de responsabilidades pensões de reforma	0,00	-35.706,04
Excesso estimativa imposto do ano anterior	-63.650,51	-1.987,25
Dividendos - instrumentos de capital	-85.672,82	0,00
ID sobre amortizações dos imóveis de rendimento	0,00	-1.479,30
ID sobre o valor líquido da responsabilidades com pensões de reforma	0,00	-16.216,05
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	107.202,05	75.204,04
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento variável	0,00	324.913,45
Reversão de parte da imparidade reconhecida em 2008 s/tit. rend. variável	0,00	0,00
Correcção mais menos valias contabilísticas/fiscais	-88.676,32	-19.978,78
Benefícios fiscais	-13.565,68	-13.230,98
Derrama	53.125,91	112.672,77
Tributação autónoma	99.681,44	103.012,66
Correcção Taxa IRC da Região Autónoma da Madeira	-1.770,87	0,00
<b>Total de gasto por imposto</b>	<b>1.036.468,38</b>	<b>2.093.564,87</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar</b>		
Entregas por conta	-1.620.965,51	-1.450.686,00
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido</b>	<b>-584.497,13</b>	<b>642.878,87</b>

## 24.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo de activos por impostos diferidos:

	<b>Exercício de 2009</b>					
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumentos</b>		<b>Reversões</b>		<b>Saldo final</b>
		<b>Resultados</b>	<b>Capital Próprio</b>	<b>Resultados</b>	<b>Capital Próprio</b>	
De activos financeiros disponíveis para venda - mensuração	669.361,95	0,00	0,00	0,00	669.361,95	0,00
De activos financeiros disponíveis para venda - reajust títulos dívida	45.704,67	0,00	0,00	0,00	11.426,16	34.278,51
De amortizações de terrenos e edifícios	625.988,81	0,00	0,00	5.917,18	165.771,47	454.300,16
De provisões para riscos e encargos - impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	79.716,28	86.952,42	0,00	0,00	0,00	166.668,70
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	344.408,25	0,00	0,00	313.373,82	0,00	31.034,43
<b>TOTAL</b>	<b>1.920.523,16</b>	<b>86.952,42</b>	<b>0,00</b>	<b>319.291,00</b>	<b>846.559,58</b>	<b>841.625,00</b>

Exercício de 2008							
Activos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Ajustes de transição	Aumentos		Reversões		Saldo final
			Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De activos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	240.967,88	0,00	921.071,24	0,00	492.677,17	669.361,95
De activos financeiros disponíveis para venda - reajust títulos dívida	0,00	57.130,84	0,00	0,00	0,00	11.426,17	45.704,67
De amortizações de terrenos e edifícios	0,00	757.166,94	5.917,18	0,00	0,00	137.095,31	625.988,81
De provisões para riscos e encargos - impostos	0,00	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	0,00	0,00	79.716,28	0,00	0,00	0,00	79.716,28
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	0,00	0,00	344.408,25	0,00	0,00	0,00	344.408,25
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.608,86</b>	<b>430.041,71</b>	<b>921.071,24</b>	<b>0,00</b>	<b>641.198,65</b>	<b>1.920.523,16</b>

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2009						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De activos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	608.674,59	0,00	0,00	608.674,59
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	102.178,56	23.917,49	0,00	0,00	0,00	126.096,05
<b>TOTAL</b>	<b>102.178,56</b>	<b>23.917,49</b>	<b>608.674,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>734.770,64</b>

Exercício de 2008							
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Ajustes de transição	Aumentos		Reversões		Saldo final
			Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De activos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	714.927,34	0,00	0,00	0,00	714.927,34	0,00
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	0,00	167.042,76	0,00	0,00	64.864,20	0,00	102.178,56
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>881.970,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>64.864,20</b>	<b>714.927,34</b>	<b>102.178,56</b>

## 25. Capital

25.1. Objectivos e políticas da gestão do capital

25.2. Indicações sobre o capital social

a); b); c); d) O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2009, é de € 33.108.650,00 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de € 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

Entidade Accionista	2009		2008	
	N.º de Acções	Valor	N.º de Acções	Valor
MAPFRE GUANARTEME, COMP. SEG.Y REASEG. CANARIAS, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMP. INTER. SEG. Y REASEG, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE EMPRESAS, COMPAÑÍA DE SEG. Y REASEG, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	6.634.940	33.108.350,60	6.634.940	33.108.350,60
<b>TOTAL</b>	<b>6.635.000</b>	<b>33.108.650,00</b>	<b>6.635.000</b>	<b>33.108.650,00</b>

e) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às acções representativas do capital.

f) De acordo com o quadro anterior, as acções são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer acção propriedade da própria companhia.

g) Em referência a 31 de Dezembro de 2009, não existem acções reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de acções.

25.3. No exercício 2009 e no anterior, verificaram-se as seguintes quantias transaccionadas com os detentores de capital:

Entidade Accionista	Valor pago em 2008	Valor pago em 2007
MAPFRE GUANARTEME, COMP. SEG.Y REASEG. CANARIAS, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMP. INTER. SEG. Y REASEG, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMP. DE SEG. Y REASEG, S.A.	250.010,10	750.030,29
MAPFRE EMPRESAS, COMPAÑÍA DE SEG. Y REASEG, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	2.749.962,78	2.249.942,59
<b>TOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>

25.4. No exercício 2009, não existiram acordos de pagamento com base em acções pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

## 26. Reservas

26.1. As reservas de reavaliação, compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes activos, que segundo as NIIF devem ter reflexo directo nas contas de capital próprio da empresa.

A reserva por impostos diferidos, corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efectivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2009 em cada uma das reservas:

Demonstração das Variações das Reservas	Exercício de 2009			
	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-2.525.894,14	6.005.322,12	-1.182.542,74	2.296.885,24
Por ajust justo valor act financ disp p/venda	-2.525.894,14	6.005.322,12	-1.182.542,74	2.296.885,24
Acções / Unid part fundos invest	-2.176.086,76	4.108.674,85	-1.182.542,74	750.045,35
Titulos de dívida pública	-349.807,38	1.896.647,27	0,00	1.546.839,89
Por reval terrenos edificios de uso próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	669.361,95	-1.591.410,36	313.373,82	-608.674,59
Acções / Unid part fundos invest	576.662,99	-1.088.798,83	313.373,82	-198.762,02
Titulos de dívida pública	92.698,96	-502.611,53	0,00	-409.912,57
Outras reservas	18.483.867,05	658.973,97	0,00	19.142.841,02
Reserva legal	2.637.224,06	439.478,75	0,00	3.076.702,81
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	12.867.094,95	219.495,22	0,00	13.086.590,17
<b>TOTAL</b>	<b>16.627.334,86</b>	<b>5.072.885,73</b>	<b>-869.168,92</b>	<b>20.831.051,67</b>

Demonstração das Variações das Reservas	Exercício de 2008				
	Saldo inicial	Correc erros/Alterar pol contab	Aumentos / Diminuições	Imparidades	Saldo final
Reservas de reavaliação	6.942.166,29	-5.153.640,01	-5.614.074,20	1.299.653,78	-2.525.894,14
Por ajust justo valor act financ disp p/venda	3.458.900,85	-1.670.374,57	-5.614.074,20	1.299.653,78	-2.525.894,14
Acções / Unid part fundos invest	3.458.900,85	-761.061,82	-6.173.579,57	1.299.653,78	-2.176.086,76
Titulos de dívida pública	0,00	-909.312,75	559.505,37	0,00	-349.807,38
Por reval terrenos edificios de uso próprio	3.483.265,44	-3.483.265,44	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	0,00	-473.959,46	1.487.729,66	-344.408,25	669.361,95
Acções / Unid part fundos invest	0,00	-714.927,34	1.635.998,59	-344.408,25	576.662,99
Titulos de dívida pública	0,00	240.967,88	-148.268,92	0,00	92.698,96
Outras reservas	20.558.664,26	0,00	-2.074.797,21	0,00	18.483.867,05
Reserva legal	2.081.735,91	0,00	555.488,15	0,00	2.637.224,06
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	15.497.380,31	0,00	-2.630.285,36	0,00	12.867.094,95
<b>TOTAL</b>	<b>27.500.830,55</b>	<b>-5.627.599,47</b>	<b>-6.201.141,75</b>	<b>955.245,53</b>	<b>16.627.334,86</b>

## 27. Resultados por acção

27.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por acção:

Conceito	2009	2008
Resultado líquido atribuído aos accionistas	3.155.124,47	4.394.787,49
Numero médio de acções	6.635.000	6.635.000
Resultado por acção (em euros)	0,48	0,66

## 28. Dividendos por acção

28.1. O detalhe dos dividendos da sociedade, do exercício actual e anterior é o seguinte:

Conceito	Dividendo Total		Dividendo por Acção	
	2009	2008	2009	2008
Dividendo distribuído / a distribuir	2.378.261,52	3.000.000,00	0,36	0,45
<b>TOTAL</b>	<b>2.378.261,52</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>0,36</b>	<b>0,45</b>

28.2. No valor indicado no quadro, referente ao ano 2009, está incluída a quantia de 555.261,52 euros que não se encontra reconhecida nas demonstrações financeiras como distribuição aos detentores de capital. Respeita à proposta de distribuição de dividendos a apresentar à assembleia-geral de accionistas da sociedade para aprovação.

## 29. Transacções entre partes relacionadas

29.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol, independente que desenvolve as actividades seguradora, resseguradora, financeira, imobiliária e de serviços em Espanha e em outros 44 países.

Estas actividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, que operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos directivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de actuação.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS é uma dessas 258 sociedades, que desenvolve a sua actividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE INTERNACIONAL, que por sua vez é detida a 87,5% pela Mapfre, S.A., empresa matriz do grupo.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transacções com partes relacionadas, referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

29.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo da empresa compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A retribuição aos membros não executivos deste Órgão, consiste num valor fixo anual, por presença nos Conselhos, e é a única remuneração auferida, não havendo lugar a outros subsídios e ou benefícios. No exercício corrente o valor pago ascendeu a 133.004,00 euros e no exercício anterior a 71.568,00 euros.

A retribuição dos membros executivos pelo regular desempenho das suas funções ascendeu a 196.920,39 euros no exercício de 2009 e a 187.000,00 euros no exercício anterior e a responsabilidade com benefícios pós-emprego, é de 64.207,46 euros a 31 de Dezembro de 2009, encontrando-se incluída no plano de benefício definido detalhado na nota 23.

Para além destas, não existem quaisquer outras obrigações ou operações.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do grupo Mapfre das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

<b>GRUPO MAPFRE</b>	
<b>Administrador</b>	<b>Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração</b>
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE GLOBALS RISKS (antes MAPFRE EMPRESAS); REINSURANCE MANAGEMENT INC; MAPFRE ASISTENCIA.
Filipe Dumont dos Santos	---
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	MAPFRE RE; MAPFRE INTERNACIONAL.
Antonio Erazo Campuzano	MAPFRE AMÉRICA; MAPFRE INMUEBLES; MAPFRE INTERNACIONAL; MAPFRE INVERSIÓN, S.V.
Antonio Manuel Cardoso Belo	---
Bernabé Gordo Pin	---
Jesús Garcia Arranz	---
José Luis Joló Marín	---
Melchor García García	CLUB MAPFRE; MAPFRE RENTING; MAPFRE MULTICENTRO DEL AUTOMÓVIL; CESVIMAP; TINERFEÑA DE SERVICIOS DE TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN PARA EL AUTOMÓVIL; PUERTA DE ALCORCÓN, 12; IBERIRENT; MAPFRE VIDEO Y COMUNICACIÓN; SERVICIOS AUXILIARES MVA; MUTUA VALENCIANA AUTOMOVILISTICA ASISTENCIA; VIAJES MUTA VALENCIANA AUTOMOVILISTA; MULTISERVICAR VALENCIA; ARAGONGRAF; MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS; AUTOMOCIÓN PENINSULAR INMUEBLES; MULTISERVICAR MAJADAHONDA, MULTISERVICAR CENTRO; MULTISERVICAR AVILA.
Rafael Galarraga Solores	MAPFRE VIDA; MAPFRE INMUEBLES; DUERO PENSIONES EGFP; UNIÓN DEL DUERO COMPAÑÍA DE SEGUROS; MAPFRE GLOBAL RISKS (antes MAPFRE EMPRESAS); MAPFRE SEGUROS DE EMPRESA.

29.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas, saldos do exercício e do exercício anterior, com todas as outras entidades relacionadas:

<b>Conceito</b>	<b>Gastos</b>		<b>Rendimentos</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	518	446	2.408	2.488
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	13	12	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	108	99	0	0
Dividendos distribuídos	683	1.000	0	0
Distribuição de reservas	1.823	2.000	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.321</b>	<b>1.557</b>	<b>2.408</b>	<b>2.488</b>

(VALORES EXPRESOS EN MILHARES DE EUROS)

<b>Conceito</b>	<b>Operações Gerais</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Créditos e dívidas	1.528	1.687
<b>TOTAL</b>	<b>1.528</b>	<b>1.687</b>

(VALORES EXPRESOS EN MILHARES DE EUROS)

As operações de resseguro, efectuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

<b>Conceito</b>	<b>Resseguro Cedido</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Prémios cedidos	20.927	15.679
Sinistros	14.598	4.652
Variación de provisões técnicas	-3.504	1.081
Comissões	3.317	2.742
Juros sobre depósitos	27	0

(VALORES EXPRESOS EN MILHARES DE EUROS)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2009	2008
Créditos e dívidas	838	-2.324
Depósitos	-143	-773
Provisões técnicas	19.829	24.876
<b>TOTAL</b>	<b>20.524</b>	<b>21.779</b>

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

### 30. Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2009	2008
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de prémios	117.702.135,00	121.163.681,46
Pagamentos de sinistros	-70.147.824,93	-61.512.009,26
Pagamentos de comissões	-9.801.784,79	-9.646.858,48
Entradas por operações de resseguro	2.902.258,49	2.063.228,64
Saídas por operações de resseguro	-10.480.197,18	-15.289.587,76
Entradas por operações de co-seguro	2.225.561,07	3.630.952,65
Saídas por operações de co-seguro	-2.715.010,57	-3.470.307,93
Outros Recebimentos	2.754.073,85	3.648.993,40
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-36.830.668,85	-38.890.763,78
Imposto sobre o rendimento	-2.224.985,61	-1.986.656,37
<b>Total fluxo das actividades operacionais</b>	<b>-6.616.443,52</b>	<b>-289.327,43</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Outros activos tangíveis	-627.555,12	0,00
Terrenos e edifícios	49.893,60	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	-8.567.994,06	-3.302.922,11
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.263.766,31	-3.599.191,73
Participação no capital de outras sociedades	-7.492.500,00	0,00
Juros recebidos	5.333.967,93	3.634.737,13
Dividendos recebidos	498.248,29	644.896,14
Outros investimentos	5.692.183,81	8.069.797,31
<b>Total fluxo das actividades de investimento</b>	<b>1.150.010,76</b>	<b>5.447.316,74</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos de dividendos aos accionistas	-2.823.000,00	-3.000.000,00
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	0,00
<b>Total fluxo das actividades de investimento</b>	<b>-2.823.000,00</b>	<b>-3.000.000,00</b>
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CAMBIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-8.289.432,76</b>	<b>2.157.989,31</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>12.596.262,92</b>	<b>10.438.273,61</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4.306.830,16</b>	<b>12.596.262,92</b>

### 31. Compromissos

Não aplicável

### 32. Passivos contingentes

Não aplicável

### 33. Concentrações de actividades empresariais

33.1. Informação sobre concentrações empresariais efectuadas durante o período

33.1.1. No exercício de 2009, a Mapfre Seguros Gerais, registou na rubrica do balanço "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", a participação no capital da sociedade Mapfre Seguros de Vida, S.A., pelo montante de 7.492.500,00 € (sete milhões quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos euros), sociedade esta que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º. 1/2009-A, de 12 de Junho de 2009, emitida pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que vai iniciar a sua actividade no exercício de 2010.

33.1.2. Em 29 de Dezembro de 2009, a Mapfre Seguros Gerais, adquiriu 50% do capital e o controlo da gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., e registou no Activo na rubrica "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos", e no Passivo na rubrica "Outros Credores", o montante de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), referente ao preço contratado na compra e venda das acções da Finibanco Vida, composto por um "Pagamento Inicial de Valor Fixo" de 10 milhões de euros e um "Pagamento Complementar de Valor Variável" de 5 milhões de euros, estabelecido em acordo por ambas as partes, à raiz das avaliações que cada uma delas fez de forma interna e sem intervenção de entidades externas ou independentes.

As condições de pagamento do preço acordado para as Acções compreendem um Pagamento Inicial de Valor Fixo, um Pagamento Complementar de Valor Fixo e um Pagamento Complementar de Valor Variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

a) O Pagamento Inicial de Valor Fixo será de 9.000.000,00 € (nove milhões de euros), em dinheiro, a liquidar na data em seja obtida a não oposição à transacção por parte das autoridades competentes, e determina, sem outra condição ou reserva, a transferência imediata da plena titularidade das Acções e de todos os seus direitos;

b) O Pagamento Complementar de Valor Fixo será de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;

c) O Pagamento Complementar de Valor Variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, será o resultado de multiplicar a "Relação do crescimento do AVE 2009-2013 Conseguido/Previsto" pelo valor de referência estabelecido em 5.594.834,00 €. Este valor corresponde á capitalização de 5.000.000,00 € desde 31.12.2009 até 31.12.2013. A "Relação do Crescimento do AVE 2009 – 2013 Conseguido/Previsto" será calculada nos termos do anexo VI do contrato de compra e venda (Metodologia de Cálculo do Pagamento Complementar de Valor Variável). No entanto estabelece-se que se esta relação for superior aos 200%, dará origem a um pagamento máximo de 11.189.668,00 € (200% x 5.594.834,00 €). Os cálculos relativos ao AVE serão realizados pela Entidade de Cálculo.

O método de avaliação, dado tratar-se de uma entidade seguradora de Vida, baseou-se no valor do Embedded Value (Valor intrínseco da carteira de apólices) acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro para os accionistas, em base aos dados disponibilizados pela própria Finibanco Vida e posteriormente confirmados pela Mapfre Seguros Gerais no processo de Due Diligence (Revisão aprofundada de todos os aspectos e contas da companhia).

O valor do Capital próprio da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2009 é de 9.495.662,98 euros.

Dado que a aquisição ocorreu nos últimos dias do ano de 2009, não foram reconhecidos nas contas da Mapfre Seguros Gerais, lucros ou prejuízos, da Finibanco – Vida.

33.2. No período de reporte não foi registado qualquer valor na rubrica de "goodwill". De acordo com o estabelecido pela IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais, está em curso um estudo, a cargo de uma entidade independente, do "Purchase Price Allocation", para a mensuração subsequente do "goodwill".

### 34. Elementos extra patrimoniais

Não aplicável

### 35. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico

Decorrente da aplicação do novo plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, foi reconhecido no exercício de 2009, um ajustamento na rubrica de "Reservas Livres" relativo ao tratamento fiscal das amortizações dos edifícios e da valorização dos títulos de rendimento fixo, que de acordo Artigo 2.º, número 4, alínea a) e número 5, do Decreto-Lei n.º 237/2008, devem concorrer para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes, sendo reconhecido em 2009 o valor de 177.197,65 euros.

### 36. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

Não aplicável

### 37. Outras informações

Não aplicável

Lisboa, 1 de Março de 2009

ADMINISTRADOR DELEGADO	António Belo
TÉCNICO DE CONTAS	Manuela Mendes

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Filipe Dumont dos Santos
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Erazo Campuzano
	Antonio Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor García García
	Rafael Galarraga Solores

**INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**
**Anexo 1**

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	VALOR DE BALANÇO	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	<b>sub-total 1.1</b>							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	<b>sub-total 1.2</b>							
	<b>total 1</b>							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.1.1		0			0,00		0,00
	2.1.2 - Títulos de dívida							



Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	VALOR DE BALANÇO	
							unitário*	Total
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEGOE0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.000.000	1.000.000,00	0,00	0,00	993.700,00	0,00	1.111.835,70
PTOTEJOE0006	REPUBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00	0,00	0,00	487.100,00	0,00	540.248,74
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL	2.500.000	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.400,00	0,00	2.696.373,14
	sub-total	4.000.000	4.000.000,00			3.981.200,00		4.348.457,58
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total							
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1.300.000	1.300.000,00	0,00	0,00	1.296.841,00	0,00	1.451.865,08
PTBCLSOE0018	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	600.000	600.000,00	0,00	0,00	599.544,00	0,00	625.992,32
PTBERU1E0015	BANCO ESPIRITO SANTO	500.000	500.000,00	0,00	0,00	500.135,00	0,00	534.308,73
PTBLMGOM0002	BANCO ESPIRITO SANTO	450.000	450.000,00	0,00	0,00	448.123,50	0,00	497.723,37
XS0413462721	EDP FINANCE B.V.	550.000	550.000,00	0,00	0,00	575.465,00	0,00	626.832,34
	sub-total	3.400.000	3.400.000,00			3.420.108,50		3.736.721,84
	sub-total 2.1.2	7.400.000	7.400.000,00			7.401.308,50		8.085.179,42
	sub-total 2.1	7.400.000	7.400.000,00			7.401.308,50		8.085.179,42
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1 - Acções								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	6730	0,00	0,00	38,99	262.430,81	38,08	256.298,82
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS INC	3195	0,00	0,00	123,21	393.648,70	118,50	378.593,22
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	8400	0,00	0,00	28,87	242.474,16	33,84	284.227,49
DE0007236101	SIEMENS AG	7300	0,00	0,00	64,67	472.110,68	64,21	468.733,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1458	0,00	0,00	104,79	152.788,02	108,67	158.440,86
DE000BAY0017	BAYER A.G.	10850	0,00	0,00	55,84	605.894,21	55,96	607.166,00
DE000ENAG999	E.ON AG	14680	0,00	0,00	26,35	386.813,51	29,23	429.096,40
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	9929	0,00	0,00	15,12	150.124,16	15,72	156.083,88
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	81623	0,00	0,00	12,48	1.019.033,72	12,73	1.039.060,79
ES0113900J37	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	79942	0,00	0,00	9,06	724.236,91	11,55	923.330,10
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	3383	0,00	0,00	13,85	46.844,76	15,08	51.032,55
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	8590	0,00	0,00	18,59	159.698,26	16,46	141.391,40
ES0130960018	ENAGAS	11322	0,00	0,00	14,20	160.723,41	15,43	174.641,85
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	80585	0,00	0,00	6,70	539.747,67	6,67	537.501,95
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6120	0,00	0,00	32,02	195.955,75	34,81	213.037,20
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	4053	0,00	0,00	28,35	114.895,59	38,82	157.337,46
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	12275	0,00	0,00	22,03	270.379,01	18,72	229.849,37
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	75652	0,00	0,00	14,21	1.075.308,85	19,52	1.476.727,04
FI0009000681	NOKIA OYJ	16457	0,00	0,00	10,48	172.451,27	8,92	146.796,44
FR0000120271	TOTAL SA	8485	0,00	0,00	46,82	397.253,24	45,01	381.867,42
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	4154	0,00	0,00	47,57	197.615,72	55,06	228.719,24
FR0000120644	GROUPE DANONE	5331	0,00	0,00	42,73	227.775,35	42,83	228.326,73
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	22123	0,00	0,00	18,56	410.637,15	17,43	385.603,89
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	7852	0,00	0,00	30,92	242.795,98	30,29	237.797,82
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	19738	0,00	0,00	23,33	460.451,83	21,10	416.471,80
IT0003132476	ENI SPA	23100	0,00	0,00	16,51	381.340,59	17,80	411.180,00
NL0000009355	UNILEVER PLC	8959	0,00	0,00	18,57	166.392,67	22,75	203.817,25
	sub-total	542.286				9.629.821,98		10.323.129,97
2.2.2.2 - Títulos de participação								
	sub-total							
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138901030	FONDMAFPRE BOLSA F.I.	15845	0,00	0,00	28,50	451.528,28	24,25	384.204,78
ES0138902038	FONDMAFPRE CORTO PLAZO F.I.	328	0,00	0,00	1.448,76	475.605,91	1.448,27	475.444,68

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	VALOR DE BALANÇO	
							unitário*	Total
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3078	0,00	0,00	211,15	650.000,00	213,46	657.111,05
	sub-total	19.251				1.577.134,19		1.516.760,51
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.2.1	561.537				11.206.956,17		11.839.890,48
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
AT0000A0CL73	REPUBLICA DE AUSTRIA	5000000	5.000.000,00	0,00	0,00	5.171.372,53	0,00	5.179.534,51
BE0000306150	REINO DE BELGICA	4000000	4.000.000,00	0,00	0,00	3.990.243,84	0,00	4.220.555,44
BE0000310194	REINO DE BELGICA	600000	600.000,00	0,00	0,00	637.470,00	0,00	653.690,39
BE0000316258	REINO DE BELGICA	400000	400.000,00	0,00	0,00	395.472,00	0,00	424.622,98
ES00000120L4	TESORO PUBLICO	4700000	4.700.000,00	0,00	0,00	4.972.563,95	0,00	4.971.043,33
ES00000121O6	TESORO PUBLICO	875000	875.000,00	0,00	0,00	879.833,43	0,00	903.889,31
ES00000121P3	TESORO PUBLICO	6065000	6.065.000,00	0,00	0,00	6.222.333,81	0,00	6.193.586,00
GR0114021463	REPUBLICA DE GRECIA	1750000	1.750.000,00	0,00	0,00	1.805.212,50	0,00	1.730.707,03
GR0133003161	REPUBLICA DE GRECIA	720000	720.000,00	0,00	0,00	676.080,00	0,00	649.795,10
GR0138002689	REPUBLICA DE GRECIA	2675000	2.675.000,00	0,00	0,00	2.345.801,12	0,00	2.081.830,57
IE00B6089D15	GOBIERNO DE IRLANDA	5950000	5.950.000,00	0,00	0,00	6.457.832,50	0,00	6.493.525,94
IT0004532559	REPUBLICA DE ITALIA	1500000	1.500.000,00	0,00	0,00	1.479.688,50	0,00	1.576.928,80
NL0000102689	GOBIERNO DE HOLANDA	4100000	4.100.000,00	0,00	0,00	4.409.755,00	0,00	4.482.921,99
SI0002102984	REPUBLICA DE ESLOVENIA	550000	550.000,00	0,00	0,00	549.103,50	0,00	554.384,51
XS0369470397	REPUBLICA DE HUNGRIA	650000	650.000,00	0,00	0,00	647.335,00	0,00	695.535,59
	sub-total	39.535.000	39.535.000,00			40.640.097,68		40.812.551,49
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
BE0933514839	FORTIS BANK BRUXELLES	650000	650.000,00	0,00	0,00	665.730,00	0,00	702.316,06
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	750000	750.000,00	0,00	0,00	747.825,00	0,00	734.029,92
DE0008628678	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV	100000	100.000,00	0,00	0,00	106.430,00	0,00	110.360,37
DE0009279042	DEUTSCHE POST FINANCE BV	800000	800.000,00	0,00	0,00	828.320,00	0,00	861.584,98
DE000A0TR7K7	ALLIANZ FINANCE BV	400000	400.000,00	0,00	0,00	398.472,00	0,00	444.818,30
DE000DB5S6X0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.178,00	0,00	321.210,65
ES0214950059	CAJA MADRID	600000	600.000,00	0,00	0,00	603.334,34	0,00	658.145,51
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	200000	200.000,00	0,00	0,00	198.524,00	0,00	214.910,09
ES0230960009	ENAGAS	200000	200.000,00	0,00	0,00	208.700,00	0,00	212.934,81
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	400000	400.000,00	0,00	0,00	399.724,00	0,00	400.288,76
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	700000	700.000,00	0,00	0,00	684.810,00	0,00	644.679,66
ES0313679443	BANKINTER	1200000	1.200.000,00	0,00	0,00	1.199.940,00	0,00	1.168.924,67
ES0313860233	BANCO SABADELL	500000	500.000,00	0,00	0,00	498.760,00	0,00	532.153,42
ES0314400187	CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRAN	1000000	1.000.000,00	0,00	0,00	996.070,00	0,00	994.810,32
ES0314600083	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.806,00	0,00	210.361,40
ES0314840184	CAJA DE AHORROS DE CATALUÑA	850000	850.000,00	0,00	0,00	845.886,00	0,00	846.830,48
ES0314843329	CAJA DE AHORROS DE GALICIA	850000	850.000,00	0,00	0,00	843.650,50	0,00	846.166,06
ES0314950348	CAJA MADRID	1400000	1.400.000,00	0,00	0,00	1.394.624,00	0,00	1.504.529,75
ES0314954076	IBERCAJA	800000	800.000,00	0,00	0,00	798.008,00	0,00	836.600,22
ES0314958044	CAIXANOVA-C.A. VIGO.OURENSE,PO	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.534,00	0,00	210.355,18
ES0340609009	CRITERIA CAIXACORP SA	800000	800.000,00	0,00	0,00	796.576,00	0,00	808.821,10
ES0357080144	BPE FINANCIACIONES, S.A.	500000	500.000,00	0,00	0,00	499.900,00	0,00	491.753,96
ES0413440092	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	1500000	1.500.000,00	0,00	0,00	1.513.150,00	0,00	1.599.059,48
ES0413770001	BANCO PASTOR	500000	500.000,00	0,00	0,00	469.650,00	0,00	515.268,65
ES0413860034	BANCO SABADELL	200000	200.000,00	0,00	0,00	179.100,00	0,00	204.398,68
ES0413900178	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	500000	500.000,00	0,00	0,00	496.950,00	0,00	530.267,83
ES0414100026	BILBAO BIZKAIA KUTXA	200000	200.000,00	0,00	0,00	200.082,00	0,00	201.454,43

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	VALOR DE BALANÇO	
							unitário*	Total
ES0414840274	CAJA DE AHORROS DE CATALUÑA	800000	800.000,00	0,00	0,00	770.440,00	0,00	786.097,33
ES0414950784	CAJA MADRID	350000	350.000,00	0,00	0,00	351.190,00	0,00	350.137,91
ES0414970162	CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARC	1500000	1.500.000,00	0,00	0,00	1.587.900,00	0,00	1.586.214,04
ES0414970238	CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARC	2000000	2.000.000,00	0,00	0,00	2.021.960,71	0,00	2.041.985,31
ES0464872060	UNICAJA (C.A. RONDA,CADIZ,ALME	500000	500.000,00	0,00	0,00	498.135,00	0,00	496.672,73
EU000A1AKD47	EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY	500000	500.000,00	0,00	0,00	496.910,00	0,00	512.948,36
FR0010394437	LA POSTE	200000	200.000,00	0,00	0,00	198.578,00	0,00	197.680,22
FR0010394478	CARREFOUR SA	350000	350.000,00	0,00	0,00	347.459,00	0,00	365.384,64
FR0010586081	LA POSTE	150000	150.000,00	0,00	0,00	149.992,50	0,00	161.243,78
FR0010660043	RESEAU DE TRANSPORT	350000	350.000,00	0,00	0,00	347.634,00	0,00	382.818,17
NL0000118024	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM	500000	500.000,00	0,00	0,00	541.650,00	0,00	525.713,63
XS0107330143	GAS NATURAL FINANCE BV	1250000	1.250.000,00	0,00	0,00	1.337.629,35	0,00	1.325.195,01
XS0125754324	BSCH ISSUANCES LTD	1370000	1.370.000,00	0,00	0,00	1.381.782,00	0,00	1.490.391,25
XS0131224155	SIEMENS FINANCERINGSMAT	100000	100.000,00	0,00	0,00	106.270,00	0,00	109.027,06
XS0159012847	TESCO PLC	425000	425.000,00	0,00	0,00	435.837,50	0,00	444.156,11
XS0162867880	TELEFONICA EUROPE BV	200000	200.000,00	0,00	0,00	210.560,00	0,00	222.373,10
XS0163023848	IBERDROLA INTERNATIONAL BV	100000	100.000,00	0,00	0,00	104.530,00	0,00	110.802,88
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V.	500000	500.000,00	0,00	0,00	499.000,00	0,00	531.896,02
XS0176347044	RED ELECTRICA FINANCE BV	250000	250.000,00	0,00	0,00	251.153,56	0,00	271.238,50
XS0188109994	TOKYO ELECTRIC POWER CO INC.	150000	150.000,00	0,00	0,00	162.165,00	0,00	164.585,43
XS0203714802	TERNA SPA	600000	600.000,00	0,00	0,00	602.400,00	0,00	634.861,73
XS0203871651	HBOS PLC	670000	670.000,00	0,00	0,00	616.735,00	0,00	556.041,83
XS0230243221	BMW US CAPITAL LLC	200000	200.000,00	0,00	0,00	194.150,00	0,00	202.949,48
XS0234775483	UBS AG JERSEY BRANCH	500000	500.000,00	0,00	0,00	500.350,00	0,00	473.886,79
XS0235620142	MORGAN STANLEY	600000	600.000,00	0,00	0,00	600.660,00	0,00	589.052,02
XS0240949791	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1350000	1.350.000,00	0,00	0,00	1.343.604,66	0,00	1.238.669,47
XS0241945236	TELEFONICA EMISIONES SAU	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.190,00	0,00	317.218,12
XS0257885086	N.V. NEDERLANDSE GASUNIE	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.716,00	0,00	212.287,71
XS0259231974	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	350000	350.000,00	0,00	0,00	347.620,00	0,00	374.144,66
XS0259993045	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU	250000	250.000,00	0,00	0,00	247.144,38	0,00	247.996,15
XS0262914020	WACHOVIA CORP (FIRST UNION COR	1500000	1.500.000,00	0,00	0,00	1.498.650,00	0,00	1.483.447,45
XS0268558375	BANK OF IRELAND	600000	600.000,00	0,00	0,00	599.783,28	0,00	574.666,45
XS0274906469	IBM CORP	600000	600.000,00	0,00	0,00	598.914,00	0,00	627.543,15
XS0283290756	DNB NOR BANK ASA	500000	500.000,00	0,00	0,00	499.070,00	0,00	520.456,20
XS0284839882	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	800000	800.000,00	0,00	0,00	798.160,00	0,00	784.008,82
XS0287409212	REPSOL INTL. FINANCE	203000	203.000,00	0,00	0,00	204.015,00	0,00	216.616,41
XS0293707617	RABOBANK NEDERLAND	350000	350.000,00	0,00	0,00	349.261,50	0,00	376.147,99
XS0300112108	PROCTER & GAMBLE CO	700000	700.000,00	0,00	0,00	707.917,00	0,00	763.300,21
XS0301010145	PFIZER INC	400000	400.000,00	0,00	0,00	399.664,00	0,00	430.239,59
XS0304032237	UBS AG JERSEY BRANCH	800000	800.000,00	0,00	0,00	799.600,00	0,00	832.756,98
XS0323119973	BANK OF AMERICA CORP.	1420000	1.420.000,00	0,00	0,00	1.433.904,80	0,00	1.495.239,45
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	1000000	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.500,00	0,00	1.052.794,73
XS0329663065	BP CAPITAL MARKETS PLC	500000	500.000,00	0,00	0,00	497.755,00	0,00	536.895,31
XS0336018832	PFIZER INC	700000	700.000,00	0,00	0,00	699.447,00	0,00	752.737,63
XS0341224151	UBS AG LONDRES	600000	600.000,00	0,00	0,00	610.380,00	0,00	657.225,41
XS0342144846	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	500000	500.000,00	0,00	0,00	498.740,00	0,00	537.451,07
XS0350485453	NATIONAL AUSTRALIA BANK	600000	600.000,00	0,00	0,00	599.640,00	0,00	644.976,38
XS0353643744	HSBC HOLDINGS	250000	250.000,00	0,00	0,00	248.297,50	0,00	288.935,25
XS0355879346	BNP PARIBAS PARIS	1255000	1.255.000,00	0,00	0,00	1.274.769,50	0,00	1.351.204,79
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	700000	700.000,00	0,00	0,00	718.710,00	0,00	687.656,01
XS0360809577	INTESA SANPAOLO SPA	700000	700.000,00	0,00	0,00	696.010,00	0,00	753.082,89
XS0362269945	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	150000	150.000,00	0,00	0,00	147.358,50	0,00	166.395,54
XS0363669408	ROYAL BANK OF SCOTLAN GROUP PL	400000	400.000,00	0,00	0,00	399.580,00	0,00	426.688,23

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	VALOR DE BALANÇO	
							unitário*	Total
XS0363742338	PACCAR FINANCIAL EUROPE	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.064,00	0,00	317.757,51
XS0365094811	FRANCE TELECOM	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.100,00	0,00	227.068,14
XS0365663961	WACHOVIA BANK N.A.	200000	200.000,00	0,00	0,00	200.050,00	0,00	223.250,28
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO	650000	650.000,00	0,00	0,00	650.130,00	0,00	748.798,53
XS0369461644	SIEMENS FINANCERINGSMAT	150000	150.000,00	0,00	0,00	149.929,50	0,00	172.321,22
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT	550000	550.000,00	0,00	0,00	550.275,00	0,00	556.554,33
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT	300000	300.000,00	0,00	0,00	298.950,00	0,00	319.209,69
XS0371944926	JOHN DEERE CAPITAL CORP	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.622,00	0,00	217.467,60
XS0372104710	CREDIT AGRICOLE LONDON	800000	800.000,00	0,00	0,00	883.024,00	0,00	909.197,95
XS0378750581	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING	1200000	1.200.000,00	0,00	0,00	1.222.040,00	0,00	1.284.369,26
XS0381817005	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S	400000	400.000,00	0,00	0,00	408.798,50	0,00	448.136,30
XS0385754733	E.ON INTERNATIONAL FIN.	450000	450.000,00	0,00	0,00	474.628,50	0,00	498.988,34
XS0408637022	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1580000	1.580.000,00	0,00	0,00	1.584.566,46	0,00	1.675.415,29
XS0409744744	ELECTRICITE DE FRANCE	400000	400.000,00	0,00	0,00	429.680,00	0,00	452.842,12
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE	450000	450.000,00	0,00	0,00	449.662,50	0,00	548.410,80
XS0410258833	TELEFONICA EMISIONES SAU	450000	450.000,00	0,00	0,00	465.688,87	0,00	508.132,37
XS0411602765	TOYOTA MOTOR CREDIT CORP	500000	500.000,00	0,00	0,00	499.870,00	0,00	612.271,93
XS0415624120	ROCHE HOLDINGS INC	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.928,00	0,00	348.856,07
XS0416848363	STATOIL	150000	150.000,00	0,00	0,00	149.632,50	0,00	163.623,52
XS0417208161	VATTENFALL TREASURY AB	150000	150.000,00	0,00	0,00	149.415,00	0,00	168.911,44
XS0418268198	HENKEL AG & CO KGAA	100000	100.000,00	0,00	0,00	99.910,00	0,00	110.052,90
XS0419267595	E.ON INTERNATIONAL FIN.	600000	600.000,00	0,00	0,00	600.066,00	0,00	647.298,06
XS0427109896	BBVA SENIOR FINANCE S.A.	500000	500.000,00	0,00	0,00	499.760,00	0,00	526.192,92
XS0428007081	NORDEA AB	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.244,00	0,00	324.257,92
XS0428037740	SANOFI-AVENTIS	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.382,00	0,00	216.845,09
XS0429484891	RABOBANK NEDERLAND	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.612,00	0,00	227.824,85
XS0430768332	DNB NOR BANK ASA	100000	100.000,00	0,00	0,00	99.883,00	0,00	107.968,57
XS0430951888	SKANDINAVISKA ENSKILDA BANKEN	300000	300.000,00	0,00	0,00	299.604,00	0,00	318.213,85
XS0431725901	DANSKE BANK A/S	1300000	1.300.000,00	0,00	0,00	1.323.855,00	0,00	1.408.359,92
XS0432070752	PFIZER INC	150000	150.000,00	0,00	0,00	158.625,00	0,00	163.995,43
XS0433028254	HSBC HOLDINGS	200000	200.000,00	0,00	0,00	198.634,00	0,00	224.488,86
XS0435070288	LLOYDS TSB BANK PLC	250000	250.000,00	0,00	0,00	248.577,50	0,00	280.085,97
XS0436905821	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	150000	150.000,00	0,00	0,00	149.914,50	0,00	164.312,65
XS0439828269	VERBUND INTERNATIONAL	150000	150.000,00	0,00	0,00	148.792,50	0,00	156.209,08
XS0440279338	NATIONAL AUSTRALIA BANK	250000	250.000,00	0,00	0,00	249.717,50	0,00	265.500,42
XS0451457435	ENI SPA	400000	400.000,00	0,00	0,00	397.916,00	0,00	407.646,51
XS0453908377	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING LL	300000	300.000,00	0,00	0,00	298.110,00	0,00	311.177,80
XS0456178580	BARCLAYS BANK PLC LONDON	500000	500.000,00	0,00	0,00	498.065,00	0,00	498.430,78
XS0462999573	TELEFONICA EMISIONES SAU	100000	100.000,00	0,00	0,00	100.050,00	0,00	101.630,70
XS0465601754	COMMONWEALTH BANK OF AUSTRALIA	400000	400.000,00	0,00	0,00	399.368,00	0,00	407.484,19
XS0466878419	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	700000	700.000,00	0,00	0,00	697.746,00	0,00	704.709,37
XS0469192388	LLOYDS TSB BANK PLC	200000	200.000,00	0,00	0,00	199.426,00	0,00	200.223,48
	sub-total	64.823.000	64.823.000,00			65.235.520,41		67.865.662,13
	sub-total 2.2.2	104.358.000	104.358.000,00			105.875.618,09		108.678.213,62
	sub-total 2.2	104.919.537	104.358.000,00			117.082.574,26		120.518.104,10
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total 2.4							
	total 2	112.319.537	111.758.000,00			124.483.882,76		128.603.283,52
	TOTAL GERAL	112.319.537	111.758.000,00			124.483.882,76		128.603.283,52

(Valores expressos em euros)

\* Inclui o valor dos juros decorridos

**DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)**
**Anexo 2**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>				
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	26.411.960,61	7.578.420,47	18.346.845,31	-486.694,83
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	5.409.306,93	3.484.972,57	1.281.341,67	-642.992,69
AUTOMÓVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
RESPONSABILIDADE CIVIL	44.107.084,09	11.668.115,35	28.144.129,31	-4.294.839,43
OUTRAS COBERTURAS	4.056.871,00	2.957.240,40	592.123,22	-507.507,38
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	773.340,06	412.516,28	122.233,75	-238.590,03
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.613.745,12	555.330,38	4.050.682,66	-7.732,08
CRÉDITO E CAUÇÃO	20.162.918,66	11.438.106,29	11.599.310,20	2.874.497,83
PROTECÇÃO JURÍDICA	5.919,23	21.347,52	8.295,37	23.723,66
ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS	342.724,04	78.324,89	120.395,61	-144.003,54
<b>TOTAL NÃO VIDA</b>	<b>105.883.869,74</b>	<b>38.194.374,15</b>	<b>64.265.357,10</b>	<b>-3.424.138,49</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>105.883.869,74</b>	<b>38.194.374,15</b>	<b>64.265.357,10</b>	<b>-3.424.138,49</b>

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**
**Anexo 3**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	13.924.087,69	1.510.173,13	1.597.127,74	17.031.388,56
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	6.968.856,96	414.055,67	-1.651.795,69	5.731.116,94
UTOMÓVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
RESPONSABILIDADE CIVIL	22.814.071,68	2.057.421,38	-1.100.162,38	23.771.330,68
OUTRAS COBERTURAS	15.569.008,98	1.209.550,51	808.144,55	17.586.704,04
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	468.392,82	29.837,72	-469.513,29	28.717,25
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	733.590,98	88.882,49	678.819,53	1.501.293,00
CRÉDITO E CAUÇÃO	11.394.104,81	435.911,09	-4.883.870,06	6.946.145,84
PROTECÇÃO JURÍDICA	17.886,27	15.003,17	1.458,79	34.348,23
ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS	72.923,43	15.307,11	-86.779,40	1.451,14
<b>TOTAL</b>	<b>71.962.923,62</b>	<b>5.776.142,27</b>	<b>-5.106.570,21</b>	<b>72.632.495,68</b>
RESSEGURO ACEITE				0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>71.962.923,62</b>	<b>5.776.142,27</b>	<b>-5.106.570,21</b>	<b>72.632.495,68</b>

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

## DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	24.554.446,15	24.241.937,79	17.031.388,56	5.891.337,09	-812.086,76
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	15.368.863,07	14.744.808,35	5.731.116,94	3.821.703,71	-5.577.955,74
AUTOMÓVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESPONSABILIDADE CIVIL	30.912.872,99	31.775.008,31	23.771.330,68	7.096.141,06	-17.574,09
OUTRAS COBERTURAS	20.941.310,42	21.188.240,28	17.586.704,04	4.906.190,37	-319.959,51
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	892.488,38	869.203,98	28.717,25	277.671,65	-601.457,26
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.079.125,20	4.011.690,08	1.501.293,00	853.006,39	-1.098.604,15
CRÉDITO E CAUÇÃO	4.538.233,70	4.843.415,66	6.946.145,84	1.236.235,37	3.381.308,34
PROTECÇÃO JURÍDICA	754.422,77	706.052,39	34.348,23	136.689,29	0,00
ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS	93.054,38	98.300,23	1.451,14	74.134,33	-91.566,59
<b>TOTAL</b>	<b>102.134.817,06</b>	<b>102.478.657,07</b>	<b>72.632.495,68</b>	<b>24.293.109,26</b>	<b>-5.137.895,76</b>
RESSEGURO ACEITE					
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.134.817,06</b>	<b>102.478.657,07</b>	<b>72.632.495,68</b>	<b>24.293.109,26</b>	<b>-5.137.895,76</b>

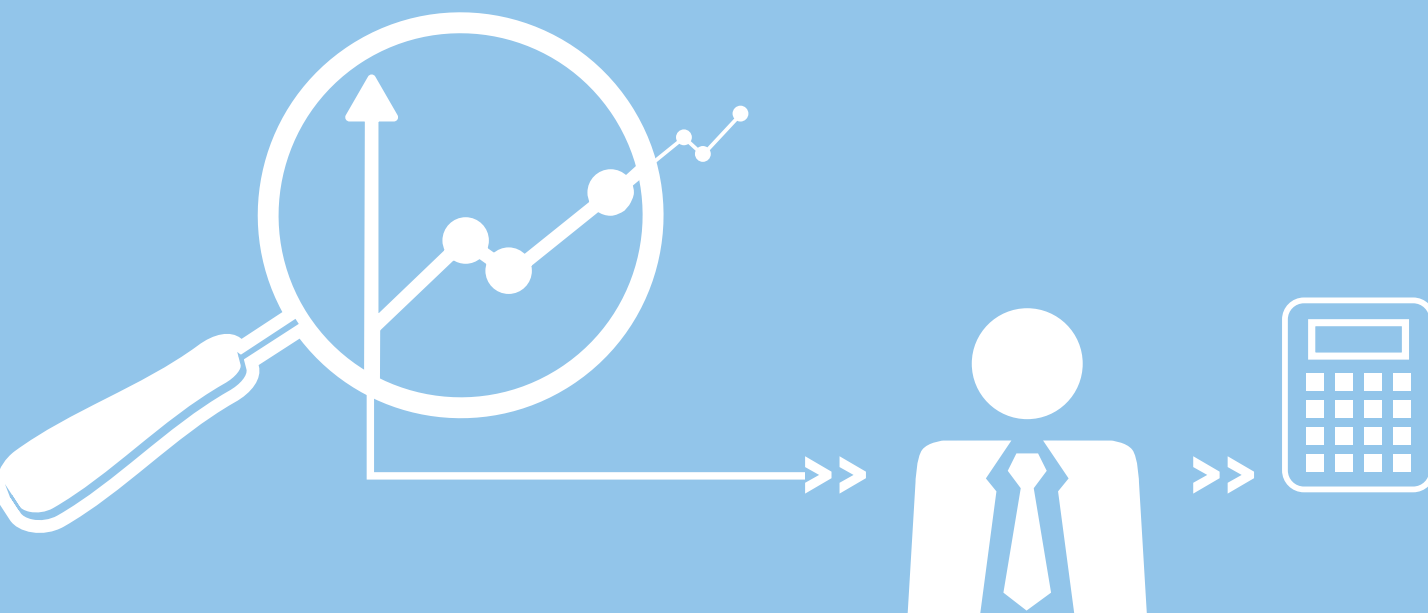
(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

# 4

Certificação legal das contas,  
Relatório e parecer do conselho fiscal



## Certificação Legal das Contas



### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de activo de 221.786.699,71 Euros e um total de capital próprio de 57.094.826,14 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.155.124,47 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e as Demonstrações das Variações nos Capitais Próprios dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009, e as correspondentes Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 de 31 de Dezembro.

Lisboa, 2 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nos termos da lei em vigor o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da actividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e nove e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contactos com a Administração e os Serviços, acompanhando a evolução da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados.

Os membros do Conselho Fiscal acompanharam a evolução da exploração da Companhia numa conjuntura extremamente difícil e a resposta da Administração tanto ao nível da actuação no mercado, como no controlo dos custos e ainda na orientação das aplicações financeiras.

De realçar também que, numa conjuntura adversa, a Companhia não deixou de perspectivar o crescimento futuro através da tomada de posição na seguradora Finibanco Vida, o que assinala um desígnio de crescimento futuro.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernest & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objecto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com as contas do exercício.

Finalmente, o Conselho Fiscal verificou que a proposta de aplicação de resultados continua a procurar reforçar a capitalização da Companhia.

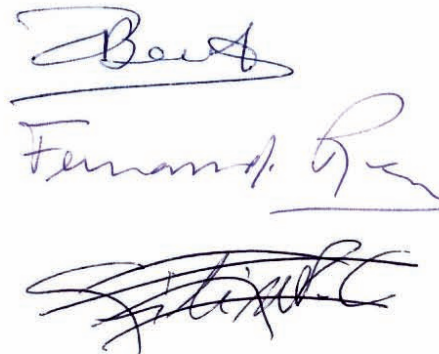
No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2009;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2009;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 3 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL



Diseño: **TAU DISEÑO**  
**WWW.TAUDESIGN.COM**

Maquetación: **DISCRIPT**

Imprime: **MONTERREINA**

Depósito legal: M- XXXXX-2010

MAPFRE contribuye a la conservación del medio ambiente.

Esta publicación ha sido impresa con procesos respetuosos con el medio ambiente, en papel ecológico y libre de cloro.

